

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 20

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao vivo: CCJ do Senado analisa reforma tributária; acompanhe 4

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Juro médio do rotativo do cartão de crédito cai a 441% ao ano, mas taxa do cheque especial volta a subir 5

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os alertas que senadores fizeram a Lula sobre a reforma tributária 7

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: governo ainda busca votos no plenário para aprovar texto com margem segura 8

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: de um lado, o avanço. Do outro, o atraso do lobby de sempre 9

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líder do governo diz que Braga acatará entre sete e nove emendas a relatório da reforma tributária 11

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas e empresários pedem 'limite' a concessões na reforma 12

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária passa por última etapa antes de ir ao plenário do Senado 14

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

De passagens aéreas a bares e restaurantes: os diferentes reflexos da reforma tributária nos serviços 16

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: após empenho de Lula e entrega do relatório, veja os próximos passos no Senado 20

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para aprovar reforma tributária, governo topa que Congresso vote veto do Marco Temporal, diz Jaques Wagner 22

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governo não enviará mensagem para alterar meta fiscal na lei de diretrizes orçamentárias, diz
Randolfe**

..... 24

AGÊNCIA BRASIL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula e líderes alinham votação da reforma tributária no Senado..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

GLO tem blindados no Rio e operação normal em aeroportos no 1º dia..... 27

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

GLO de Lula é necessária, porém insuficiente (Editorial)..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União quer negociar acordos sobre IRPJ e CSLL..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Concessões para votar a reforma tributária..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários defendem texto..... 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco: "Todos foram atendidos"..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Somente GLO não reduzirá violência"..... 34

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que reforma deve ser votada até quinta..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil e seu monstro tributário no consumo (Artigo)..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais pressões na reta final da votação..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setores querem mudar alíquota, enquanto Estados miram fundo..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não dá para criar exceção a torto e a direito na reforma"..... 44

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Consumidor com tarifa social deve ter tributação diferenciada..... 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O ponto central sobre o déficit - MÍRIAM LEITÃO	48
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributária vai prever prêmio a quem arrecadar mais	50
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacto e vínculos agravam quadro fiscal - LUIZ SCHYMURA	52
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad repete Guedes e diz que "meteoros" limitam receita este ano	54
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
PEC da reforma tributária retira autonomia dos Estados e Municípios	56
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Braga ajusta parecer da tributária, que pode ser votado na quarta-feira	58
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Uma reforma tributária melhor do que a possível (Artigo)	60
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Comissão do Senado vota reforma tributária nesta terça; veja principais pontos	62
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo inicia hoje renegociação do Fies	66
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Alckmin minimiza mudança	67

Ao vivo: CCJ do Senado analisa reforma tributária; acompanhe

Brasília

**/
Bruna Lima, do R7, em Brasília**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado analisa neste momento o parecer final da **reforma tributária**. O relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), incluiu mais de 250 sugestões de mudanças e alinhou o texto com o governo federal. A ideia é concluir a votação no colegiado ainda nesta sessão, mas com possibilidade de arrastar a decisão para quarta-feira (8). Acompanhe a discussão ao vivo acima.

Em meio aos debates finais, Braga se mostrou otimista. "Estamos muito próximos de fazer história", disse. Após a decisão na CCJ, há o compromisso de concluir a análise no plenário do Senado até quinta-feira (9).

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu Whatsapp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

"A pauta prevista para o plenário é a próxima quarta-feira, sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira, caso seja necessário também prorrogar a apreciação da **reforma tributária**", afirmou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), às vésperas da discussão na CCJ.

Como há mudanças ao texto que veio da Câmara, a matéria voltará para uma reanálise dos deputados, mas a previsão de ter uma reforma aprovada de forma definitiva até o fim do ano está mantida.

Arte/R7 - 27.10.2023

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Caso seja aprovada em 2023 no Congresso, somente no próximo ano devem ocorrer as votações de leis complementares que vão regulamentar a reforma. A definição das alíquotas, itens a serem incluídos na cesta básica para receber a isenção total e produtos que terão imposto seletivo aplicado são temas que ainda precisarão ser resolvidos.

A infraestrutura do novo sistema deve ser montada em 2025. A partir de 2026, começa a transição de **impostos**, que vai até 2033, quando sobrarão apenas os novos **tributos** previstos na reforma: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/ao-vivo-ccj-do-senado-analisa-reforma-tributaria-acompanhe-06112023>

Juro médio do rotativo do cartão de crédito cai a 441% ao ano, mas taxa do cheque especial volta a subir

Economia

/ Do R7

A taxa média de juros do rotativo do cartão de crédito caiu 4,4 pontos percentuais no mês de setembro e atingiu 441,1% ao ano. Por outro lado, a cobrança para quem faz uso do cheque especial subiu pela primeira vez desde maio e figura em 134,4% ao ano. Os valores fazem parte das Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas nesta terça-feira (7) pelo BC (Banco Central).

Com a alta, a taxa cobrada aos precisam ficar com as contas bancárias no vermelho aparece 2,8 pontos percentuais maior do que a apurada em agosto. Neste ano, o aumento é de 2,3 pontos percentuais.

Já no caso do cartão de crédito, o consumidor que cai no rotativo precisa arcar com um desembolso 29,2 pontos percentuais maior do que em dezembro. Na comparação com os últimos 12 meses, o valor é 8,2 pontos percentuais superior.

Na prática, o consumidor que cair no rotativo com uma dívida no valor de R\$ 800 precisa desembolsar um adicional de R\$ 3.528,80 para quitar o saldo devedor com a instituição financeira após um ano, totalizando uma dívida de R\$ 4.328,80. No cheque especial, a mesma dívida mantida por um ano salta para R\$ 1.875,20 (+R\$ 1.075,20).

As variações ocorrem diante do recente movimento de cortes da taxa básica de juros. As três reduções de 0,5 ponto percentual levaram a taxa Selic a 12,25% ao ano, ante o patamar de 13,75% ao ano, que permaneceu vigente por um ano.

Para driblarem as taxas das modalidades com as maiores taxas de juros, os consumidores podem aderir ao empréstimo consignado, que oferece desconto direto na folha de pagamento. A taxa da linha de crédito recuou 0,1 ponto percentual em setembro e figura em 24,8% ao ano, a menor taxa desde junho do

ano passado (24,7% ao ano).

Dentro do consignado, as taxas variam entre os grupos de profissionais, com a menor delas cobrada aos **servidores públicos** (23,5% ao ano). Para os beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e trabalhadores do setor privado, as cobranças figuram em, respectivamente, 24,4% e 38,1% ao ano.

Veja sete dicas para evitar os juros do cartão de crédito rotativo

7 - Se você tentou evitar, mas não conseguiu e entrou no rotativo a sugestão é sair o mais rápido possível. Para isso, você pode trocar o rotativo por dívidas mais baratas, como crédito consignado, que tem desconto direto da folha de pagamento ou na aposentadoria; o refinanciamento de veículo, que é tomar dinheiro emprestado dando o carro como garantia; ou o refinanciamento de casa quitada como garantia

O uso do cartão de crédito pode ser um aliado do planejamento de gastos. O problema é perder o controle dos gastos e não conseguir pagar o total da fatura na data de vencimento. Aí, a dívida pode virar uma bola de neve. Em julho, os juros do rotativo estavam em 446% ao ano, segundo o Banco Central

Pixabay

"O maior erro do brasileiro comum é que ele usa esse limite do cartão de crédito como se fosse complemento do seu salário. Então, por exemplo, eu ganho R\$ 2.000 por mês e tenho um crédito de R\$ 500, eu começo a considerar que eu tenho R\$ 2.500 por mês para usar. Esses R\$ 500, na verdade, são um empréstimo, e ele tem que ser pago", afirma Simone Sgarbi, educadora financeira

Arquivo / Agência Brasil

A questão do rotativo está em discussão no governo federal. No dia 5 de setembro, a Câmara dos Deputados aprovou de forma simbólica o projeto de lei que estabelece as regras do Desenrola, o programa de renegociação de dívidas criado pelo governo. O texto prevê ainda o estabelecimento de um teto de

100% para os juros do rotativo e do parcelamento de faturas de cartão caso, em 90 dias, o setor e o governo não encontrem uma solução acordada

Marcelo Camargo/Agência Brasil

A educadora financeira ressalta que o uso da ferramenta precisa vir acompanhado de um devido planejamento financeiro. Ou seja, os gastos no cartão precisam ser menores que o salário mensal do consumidor. Veja nas fotos a seguir sete dicas para evitar o uso do rotativo

Pixabay

1 - Pague tudo sem atraso

Tente pagar sempre o total da fatura até a data do vencimento; assim você evita os juros do rotativo, que são os mais altos do mercado

CARLOS MAGNO/FUTURA PRESS/ESTADÃO
CONTEÚDO-06/06/2023

2 - Não parcele a fatura

Parcelar também não é solução, pois haverá cobrança de juros (e juros bem altos)

Derek Sewell/Pixabay

3 - Não tenha limite excessivo

Tem vários bancos que dão um limite acima do que a pessoa precisa, acima de sua renda. A sugestão é limitar esse valor. Isso pode ser feito por meio do aplicativo do banco, reduzindo o limite em um valor que cabe no seu bolso. Isso faz com que você tome mais cuidado com seus gastos, além de aumentar a segurança, caso o cartão seja roubado

Reprodução / Pixabay

4 - Controle as compras parceladas

É muito comum uma pessoa comprar uma coisa em até dez vezes no cartão e depois não se lembrar mais do que comprou, mas a fatura continua chegando. A sugestão é anotar em um caderno todas as compras parceladas, para ir acompanhando a movimentação. Quem quiser também pode fazer um bloco de notas no celular e anotar as parcelas

Freepik

5 - Tenha apenas um cartão

Isso faz com que você tenha maior controle de suas

despesas. Ter vários cartões, com limites diferentes e datas de pagamento diversas, pode contribuir para você se esquecer de pagar, se descontrolar, gastar em cartões diferentes e não conseguir dar conta da fatura. Tenha o foco em um ou no máximo dois. Quando você concentra os seus gastos em um, acaba ajudando também no relacionamento com o banco

Pixabay

6 - Não empreste o cartão de crédito

Ao emprestar o cartão de crédito, você está dando crédito a uma pessoa que seu banco desconhece e a quem não deu crédito. Se o banco analisou as informações dessa pessoa e não deu o crédito, por que você, que tem menos informações, vai dar o crédito? Tome cuidado, porque você passa a assumir o risco de crédito da pessoa e, se ela não pagar, você terá que pagar e acabar no rotativo do cartão de crédito. Outro detalhe é que, mesmo que a pessoa pague direitinho para você, ainda assim incorre num risco operacional. Porque qualquer compra que tiver de ser contestada, ou uma reclamação, quem vai ter que fazer é você. Mas, no limite, se tiver que emprestar a alguém, a sugestão é pedir à pessoa que pague antecipadamente

MALIZ ONG / CC0 Public Domain

7 - Se você tentou evitar, mas não conseguiu e entrou no rotativo A sugestão é sair o mais rápido possível. Para isso, você pode trocar o rotativo por dívidas mais baratas, como crédito consignado, que tem desconto direto da folha de pagamento ou na aposentadoria; o refinanciamento de veículo, que é tomar dinheiro emprestado dando o carro como garantia; ou o refinanciamento de casa quitada como garantia

O uso do cartão de crédito pode ser um aliado do planejamento de gastos. O problema é perder o controle dos gastos e não conseguir pagar o total da fatura na data de vencimento. Aí, a dívida pode virar uma bola de neve. Em julho, os juros do rotativo estavam em 446% ao ano, segundo o Banco Central

Pixabay

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Site: <http://noticias.r7.com/economia/estatisticas-monetarias-e-de-credito-setembro-07112023>

Os alertas que senadores fizeram a Lula sobre a reforma tributária

Na reunião com líderes partidários do Senado nesta segunda-feira (7), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu previsões e alertas sobre o cenário para a votação da **reforma tributária** no plenário da Casa.

Lula se reuniu com os líderes da base aliada e com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). A reunião estava prevista para esta quarta (8), mas foi antecipada diante da votação iminente do tema.

O governo foi alertado de que havia um risco real de que o texto fosse derrotado em plenário ou aprovado com margem pequena - o que seria assumir um risco desnecessário.

Segundo os senadores, as dificuldades são menores na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, mas crescem quando o tema for levado ao plenário.

Os alertas feitos ao presidentes sobre o cenário da votação foram os seguintes:

A oposição ampliou sua resistência ao texto desde agosto, quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adotou postura mais firme sobre temas e entrou em confronto de ideias com o Executivo e o Judiciário. Há negociação para que partidos de oposição não fechem questão - ou seja, liberem seus senadores para votar como quiserem na **reforma tributária**, sem a imposição partidária. Ainda não há garantias nesse sentido. Para aprovar uma PEC, o governo precisa de 49 votos a favor do texto. As previsões apontam que há entre 53 e 55 votos, até o momento. O histórico do Senado mostra risco de um revés como o caso recente da rejeição do nome da Defensoria Pública da União, indicado pelo governo. Senadores também argumentaram que são pautas diferentes, no entanto, e que a oposição está menos bloqueada na reforma do que estava no caso da DPU. Ou seja, há espaço de negociação. O governo é contra colocar o em votação o veto ao marco temporal - mas entende que, se for preciso, o tema está nas mãos do presidente do Senado. A base vai votar pela manutenção do veto, mesmo que seja derrotada. O governo não pode entregar tudo o que a oposição pedir, porque há outras pautas econômicas prioritárias após a votação da reforma. É preciso ter gordura pra

queimar para essas outras negociações também. Lula pediu apoio, mas a sensação é de que uma pauta prioritária será votada, pela primeira vez, com certo receio no Senado. Se o cenário de risco prevalecer, o governo pode adiar a data da votação em plenário.

Votação na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado votará na manhã desta terça-feira (7) o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária**.

A etapa representa mais um avanço na discussão, que já dura quase três décadas, sobre um novo sistema tributário no país.

A expectativa é que o texto seja aprovado na CCJ e, ainda nesta semana, no plenário do Senado. Depois, deve voltar para a Câmara, onde já foi aprovado em julho.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/camila-bomfim/post/2023/11/07/os-alertas-que-senadores-fizeram-a-lula-sobre-a-reforma-tributaria.ghml>

Reforma tributária: governo ainda busca votos no plenário para aprovar texto com margem segura

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda busca votos, na manhã desta terça-feira (7), para garantir uma margem segura na votação da **reforma tributária** no Senado.

A avaliação é de que o texto passa com tranquilidade na Comissão de Constituição e Justiça, onde tramita atualmente. Em seguida, no entanto, o texto vai ao plenário - e lá, é preciso garantir quórum e margem de votos.

Na avaliação tanto do Palácio do Planalto como do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não se pode correr o risco de uma derrota.

Comissão do Senado vota **reforma tributária** nesta terça; veja principais pontos

Nesta segunda (6), Lula entrou no circuito e se reuniu com líderes partidários para tratar do assunto. Nas contas do governo, a base aliada tem hoje pelo menos 49 votos no Senado para aprovar a reforma - justamente o mínimo necessário para passar uma proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Os votos seguros, no entanto, são apenas 46 nos cálculos do governo. A equipe de Lula no Planalto e no Congresso avalia que só pode colocar o texto em votação se tiver a expectativa de pelo menos 54 ou 55 senadores. Uma margem de segurança, para o caso de eventuais traições em plenário.

A oposição, que tem de 24 a 25 votos, está ameaçando fechar posição contra a **reforma tributária**. Rodrigo Pacheco vem atuando para evitar esse quadro.

O problema é que, mesmo entre os governistas, há dificuldades. Em partidos como União Brasil e PSD, por exemplo, há pendências que o governo ainda precisa resolver para garantir a adesão dos senadores do partido à reforma.

Entre os membros da bancada ruralista, por exemplo, a articulação envolve aprovar a **reforma tributária** em troca de derrubar o veto de Lula ao marco temporal das terras indígenas. Esse veto pode ser votado na

sessão do Congresso na próxima quinta (9).

O governo já se comprometeu a deixar o veto ser votado, ou seja, a não impedir a inclusão do tema na pauta. A missão de obter os votos para derrubar, no entanto, seria deixada com os próprios ruralistas.

Pauta depende do placar

Até aqui, Rodrigo Pacheco tem dito que só pauta a **reforma tributária** quando o governo tiver segurança da aprovação. Se isso não acontecer nesta terça, a votação fica para quarta.

Se a dúvida persistir, não está descartado adiar a votação ainda para a próxima semana. O que está descartado, isso sim, é pautar em plenário uma reforma que venha a ser derrotada no painel de votação.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/11/07/reforma-tributaria-governo-ainda-busca-votos-no-plenario-para-aprovar-texto-com-margem-segura.ghtml>

Reforma tributária: de um lado, o avanço. Do outro, o atraso do lobby de sempre

A CCJ do Senado deve começar a votar nesta terça-feira o texto da **Reforma Tributária** e a sensação dos economistas e dos especialistas em **impostos** se divide entre dois pólos.

É um momento histórico já que esta mudança na tributação do país é discutida durante 40 anos passando por diversos governos. A intenção é que fosse mais parecida com o que é feito no resto do mundo, ou seja, imposto de valor agregado sobre o consumo e extinguir essa pulverização de **impostos** para tentar reunir em menos alíquotas. Essa é a boa notícia.

A parte ruim são as muitas concessões ao longo da tramitação, muito mais do que o governo temia. A equipe econômica já fazia um cenário de ter que aceitar algumas, mas as exceções a grupos privilegiados cresceram no texto da Câmara e o governo se deixou embalar pelo sonho de que, no Senado, seriam cortadas. Ledo engano.

Inclusive, a Fiesp publicou um grande anúncio nos jornais comemorando o avanço da reforma, mas ao mesmo tempo lamentando que tivessem sido tantas concessões. A federação defende uma alíquota em torno de 20% e já está em 27,5%. Segundo Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, há a possibilidade desse percentual ser mais baixo, mas o fato é que foram feitas muitas concessões. E ainda há possibilidade de incluir mais no plenário ou no retorno do texto na Câmara. O resultado disto é que grupos que têm poder de pressão, que conseguiram convencer o relator, tenham vantagem em relação ao restante.

Na leitura do texto da reforma, todas as concessões são apresentadas com argumentos que parecem justos, mas o fato é que se todos os lobbies forem aceitos, a reforma acaba não acontecendo. Hoje já está bastante descaracterizada.

O objetivo inicial era de aprovar uma proposta simples e tornar mais igualitário e foram feitos muitos tratamentos diferenciados. Um exemplo: as companhias aéreas terão tratamento diferenciado com o argumento de que o turismo precisa de incentivo. Isso não faz sentido.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam->

***leitaopost/2023/11/reforma-tributaria-de-um-lado-o-
avanco-do-outro-o-atraso-do-lobby-de-sempre.ghtml***

Líder do governo diz que Braga acatará entre sete e nove emendas a relatório da reforma tributária

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), irá incorporar de sete a nove emendas ao texto da proposta que irá à votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa nesta terça-feira, 7, disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Após reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Braga, ministros e líderes da base de apoio governista no Senado, Wagner afirmou ainda que as mudanças a serem incorporadas foram dialogadas com o Ministério da Fazenda e não incluem novas exceções ou benefícios a setores. O líder, no entanto, não detalhou quais são essas mudanças.

Todas (as emendas) que foram incorporadas pelo relator foram previamente discutidas com a equipe da Fazenda, então todas têm o sinal verde , disse Wagner a jornalistas após a reunião, concluída na noite de segunda-feira, 6.

Todas as modificações que ele está fazendo é para adoçar o clima da votação, não para azedar... Não é muita coisa... Sete, oito ou nove (emendas). Eu não tenho o detalhe de cada uma. Não entramos nesse nível de detalhe.

Wagner afirmou que algumas dessas emendas a serem incorporadas pelo relatório de Braga foram assinadas pelo líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (PT-ES), em uma demonstração da concordância do governo com as mudanças.

O líder do governo se recusou a dizer quantos votos favoráveis a reforma deve obter entre os senadores, ao mesmo tempo que assegurou que ela será aprovada. Eu não vou dizer quantos votos eu tenho. Estou dizendo para vocês que eu vou aprovar a **reforma tributária** , garantiu.

Uma vez aprovada pelo Senado, a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** terá de retornar à Câmara , já que os senadores devem alterar o texto aprovado pelos deputados.

Por se tratar de uma mudança na Constituição, a reforma precisa dos votos de 49 dos 81 senadores e

de 308 dos 513 deputados em dois turnos de votação em cada uma das Casas , e o texto só poderá ir à promulgação quando Câmara e Senado concordarem com a íntegra da proposta.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Líder do governo diz que Braga acatará entre sete e nove emendas a relatório da **reforma tributária**

Site: <https://www.terra.com.br/economia/lider-do-governo-diz-que-braga-acatara-entre-sete-e-nove-emendas-a-relatorio-da-reforma-tributaria,94481f78c9717f98d7769f517c9b6882c3yhfw1m.html>

Economistas e empresários pedem 'limite' a concessões na reforma

07/11/2023 05h01 Atualizado há uma hora

Com mais de 70 signatários, entre empresários economistas, juristas, acadêmicos, ex-ministros e ex-secretários estaduais, um manifesto divulgado ontem declara apoio à **reforma tributária** sobre consumo, diz que o "limite razoável" para concessões foi "atingido ou mesmo superado" e pede a aprovação, pelo Senado Federal, da proposta de emenda constitucional originada da PEC 45/2019.

Com texto organizado pelo movimento "Pra ser Justo", o manifesto diz que o relatório apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) à Comissão de Constituição e Justiça promove a "ampliação da já elevada quantidade de regimes específicos e favorecidos aprovada pela Câmara, distanciando a **reforma tributária** dos melhores modelos praticados no mundo".

O texto, porém, afirma que o relatório mantém os principais pilares da reforma.

"Reconhecemos que concessões são necessárias para viabilizar politicamente a aprovação da reforma, mas advertimos que, sob a perspectiva técnica, o limite razoável já foi atingido ou mesmo superado."

O manifesto diz ainda que a tramitação da **reforma tributária** chegou a um momento decisivo "e não podemos perder a oportunidade de aprová-la em definitivo em 2023".

Entre os subscrevem a carta estão ex-presidentes do Banco Central, como Affonso Celso Pastore, Arminio Fraga, Gustavo Loyola, Persio Arida e Henrique Meirelles, além de ex-ministros como Guido Mantega, Celso Lafer, Luiz Fernando Furlan e Mailson da Nóbrega e economistas renomados como Edmar Bacha, Octavio de Barros, Ricardo Paes de Barros, Samuel Pessoa, Silvia Matos, Naercio Menezes Filho, além de empresários como Jorge Gerdau e Horácio Lafer Piva.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Economistas e empresários pedem "limite" a concessões na reforma

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/07/economi>

***stas-e-empresarios-pedem-limite-a-concessoes-na-
reforma.ghtml***

Reforma Tributária passa por última etapa antes de ir ao plenário do Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado tem audiência marcada para esta terça-feira (7) com o objetivo de votar a proposta de **Reforma Tributária** sobre o consumo. Essa é a última etapa de discussão antes de o texto seguir para a deliberação em plenário, o que está previsto para esta semana.

A mudança no sistema tributário é uma das principais pautas da agenda defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), por causa da expectativa de simplificação das regras e do ganho de eficiência para o país.

O texto extingue cinco **tributos** sobre o consumo (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) e cria três novos: a CBS (contribuição federal sobre bens e serviços), o IBS (imposto estadual sobre bens e serviços) e o Imposto Seletivo.

Os cálculos da equipe econômica sobre o projeto inicial da **Reforma Tributária** apontavam uma cobrança total entre 25,45% e 27% sobre o consumo. Com um aumento de 0,5 ponto percentual, calculado agora com as flexibilizações do texto, a alíquota pode chegar a 27,5%.

Os focos da atuação do governo neste momento são dois: afastar o risco de novas ampliações no número de exceções e azeitar as negociações com os senadores para assegurar um apoio maciço ao texto.

A aprovação de uma PEC depende de maioria simples na CCJ e do apoio de 49 dos 81 senadores no plenário, mas o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), tem ampliado o diálogo com os parlamentares na tentativa de assegurar uma votação expressiva, como ocorreu na Câmara dos Deputados -onde a votação em primeiro turno teve 382 votos a favor, ante os 308 necessários.

Braga tem sinalizado a interlocutores que não deve fazer mudanças significativas no parecer.

Há duas semanas, a primeira versão incluiu regimes específicos para setores como turismo, agência de viagens, saneamento e concessionárias de rodovias, e estabeleceu uma nova categoria de alíquota para profissionais liberais como advogados, engenheiros e contadores, equivalente à 70% da alíquota padrão (ou seja, um desconto de 30%).

Braga deve incluir em seu parecer um mecanismo para premiar estados e municípios que ampliem a sua arrecadação ao longo do período de transição para o novo sistema tributário.

A intenção é evitar o chamado "efeito carona", que permitiria a estados e municípios manterem patamar de receitas semelhante ao atual independentemente de esforço para fiscalizar o cumprimento da nova legislação ou do seu desempenho econômico.

Nesta segunda-feira (6), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu entrar em campo nas articulações e antecipou uma reunião com líderes de bancadas aliadas, programada inicialmente para quarta-feira (8).

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disse, também nesta segunda, que a proposta deve ser votada em plenário até quinta-feira (9).

Como a PEC está sendo modificada pelo Senado, ela terá de passar novamente pelo crivo da Câmara dos Deputados.

O ajuste no parecer de Braga será feito na chamada transição federativa da reforma, que vai durar 50 anos e compreende a redistribuição de receitas entre estados e municípios para evitar oscilações abruptas após a migração da cobrança dos **tributos** da origem (onde bens e serviços são produzidos) para o destino (onde ocorre o consumo).

Essa transição é invisível ao contribuinte, mas tem bastante peso e relevância para o planejamento fiscal de estados e municípios.

A tendência, porém, é que as modificações não alterem a espinha dorsal da reforma. A avaliação é de que o parecer de Braga, acatando uma série de mudanças propostas pelos parlamentares, contribuiu para melhorar o clima a favor da PEC -embora também aumente a alíquota geral e diminua os ganhos de eficiência previstos.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Reforma Tributária passa por última etapa antes de ir ao plenário do Senado

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF

Reforma Tributária passa por última etapa antes de ir ao plenário do Senado

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/reforma-tributaria-passa-por-ultima-etapa-antes-de-ir-ao-plenario-do-senado.shtml>

De passagens aéreas a bares e restaurantes: os diferentes reflexos da reforma tributária nos serviços

Por André Catto, g1

A **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado tem preocupado, de forma geral, o setor de serviços. A leitura de entidades da área é que o texto irá impactar de maneira diferente as diversas atividades que compõem o segmento.

O novo parecer, apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, manteve a base do texto aprovado pela Câmara, mas apresentou mudanças em relação à versão anterior.

A proposta será votada nesta terça-feira (7) na CCJ.

Entre os trechos preservados, está o que prevê um regime diferenciado de tributação para serviços como o de hotelaria, parques de diversão, parques temáticos, bares, restaurantes e aviação regional. A novidade nessa parte do texto é a inclusão de agências de viagens e turismo.

Continuaram de fora desse trecho as grandes companhias aéreas, que já vinham pleiteando inclusão no regime de alíquota diferenciada. O setor, no entanto, foi mencionado em outra parte da proposta, o que, na visão da associação que representa as empresas aéreas, trata-se de uma sinalização positiva.

Na prática, os regimes diferenciados de tributação significam, na maioria dos casos, pagar menos **impostos**. É por isso que setores da economia buscam entrar nas exceções da **reforma tributária**.

Em meio às mudanças propostas pela reforma, o g1 conversou com representantes de segmentos e especialistas para entender os impactos nas atividades. Os destaques são:

Bares e restaurantes, incluídos no texto como exceções, preveem melhora na situação financeira - o que não significa, entretanto, que haverá queda no preço ao consumidor; De acordo com a Abrasel, a melhora no ambiente irá apenas ajudar o segmento a

se recuperar das perdas com a pandemia e a manter as portas abertas; Empresas aéreas, por outro lado, projetam aumento de 315% na carga tributária da atividade caso não sejam efetivamente contempladas no regime de exceções; Segundo a Abear, o acréscimo de **impostos** pode resultar em uma alta de R\$ 11 bilhões por ano em pagamentos pelas empresas aéreas; O impacto, diz a associação, seria um custo insustentável para o setor e para quem quer seguir voando ou acessar o transporte aéreo pela primeira vez; A Central Brasileira do Setor de Serviços calcula alta generalizada, com impactos diferentes para cada segmento - exceto os de regimes especiais. Por outro lado, especialista afirma que a nova legislação pode até afetar um pouco os preços dos bens e serviços adquiridos pelas famílias, mas manterá, na média, a tributação atual (entenda mais abaixo).

Os impactos sobre bares e restaurantes

A inclusão desses estabelecimentos no regime diferenciado de tributação foi comemorada pelo setor. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, a medida pode representar um alívio em um cenário em que cerca de 50% dos estabelecimentos operam sem lucro.

É um setor que, hoje, usa 10% de seu faturamento para pagar dívidas que se acumulam desde a pandemia. Se não houvesse essa compreensão - essa decisão de adotar o padrão mundial de reduzir a alíquota -, seria um caos para o setor, diz Solmucci.

Ele se refere à inclusão de bares e restaurantes em uma alíquota específica, ainda a ser definida em lei complementar - o que deve manter a atividade de fora da cobrança do percentual cheio dos dois IVAs (**Impostos** sobre Valor Agregado) propostos na reforma.

A alíquota total de cobrança dos IVAs deve ser definida apenas após a aprovação da reforma. A expectativa, no entanto, é que chegue a algo em torno de 27,5%, conforme admitiu Haddad, diante das exceções aplicadas no texto. A divisão dos IVAs será da seguinte forma:

O texto prevê um período de transição de sete anos (entre 2026 e 2032) para unificar os **tributos**. A partir de 2033, os **impostos** atuais serão extintos. Entenda.

Segundo Solmucci, 40% dos bares e restaurantes têm dívidas atrasadas, sendo que 82% estão devendo **impostos** federais, por exemplo. Nesse cenário, o otimismo com o texto da reforma é no sentido de recuperar o setor após as perdas causadas pela pandemia. Isso, no entanto, não significa necessariamente que haverá uma queda de preços ao consumidor.

A expectativa é que gere produtividade, queda no custo de aquisição de itens junto à indústria e que ajude na margem [de lucro], com redução do endividamento, diz. Não vejo em um primeiro momento o repasse do preço [ao consumidor], porque estamos operando sem lucro, disse o presidente da Abrasel.

[A reforma] vai ajudar a manter o bar que a gente tanto gosta de portas abertas, conclui Solmucci.

Levantamento da Abrasel com base em dados da Pnad Contínua, do IBGE, aponta que há 5,5 milhões de trabalhadores no setor, além de outros 1,9 milhões de empreendedores.

Impasse para as aéreas

A versão da **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados não agradou a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

De acordo com a entidade, a proposta criava uma distorção ao tratar todos os modais de transporte público de passageiros com uma alíquota reduzida, exceto o aéreo. No texto, havia citação apenas da aviação regional.

O especialista em Direito Aeronáutico Felipe Bonsenso explica que a aviação regional é aquela que utiliza aeronaves de até 60 assentos em rotas consideradas "secundárias" e de no máximo duas horas de duração.

São voos que atendem a cidades que não são contempladas pelas grandes rotas aéreas. Ou seja, são rotas que não incluem São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador, por exemplo, explica. Há uma certa discussão pois, hoje, basicamente só a [companhia aérea] Azul explora essas rotas, com aeronaves menores, diz.

A Gol e a Latam são representadas pela Abear, enquanto a Azul não é associada. Questionada sobre os possíveis impactos da reforma, a companhia

informou que não irá se manifestar.

O novo parecer apresentado pelo senador Eduardo Braga à CCJ, no entanto, agradou a associação das aéreas.

"O relatório trouxe uma sinalização positiva para o setor aéreo ao incluí-lo no rol de atividades sujeitas ao regime especial de tributação. A alteração é importante, uma vez que permitirá uma discussão mais aprofundada sobre a alíquota e regras de creditamento", diz a presidente da Abear, Jurema Monteiro.

Um estudo encomendado pelo setor aéreo projeta aumento de 315% na carga tributária da atividade caso não seja contemplada em um regime especial de tributação. O resultado seria um acréscimo de R\$ 11 bilhões por ano em pagamentos pelas empresas aéreas.

O receio é que, com isso, haja um repasse para os passageiros, que já vivem um cenário de preços elevados no segmento em comparação com anos anteriores.

O preço médio da passagem de avião atingiu, em 2022, o maior valor na série histórica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), iniciada em 2011.

Segundo os dados da Anac, a tarifa média no ano passado foi de R\$ 644,5. O valor é R\$ 113 mais caro que o de 2021, e R\$ 126 maior que o de 2019, antes da pandemia. Considerando a média mensal, o preço ficou em R\$ 572 em fevereiro de 2023.

A associação das empresas aéreas acredita que, caso não seja contemplada em regime especial pela reforma, as companhias terão que enxugar suas operações. Atualmente, são estimadas mais de 2.200 decolagens por dia no país.

Na prática, conforme disse a presidente da entidade após a aprovação do texto na Câmara, significaria diminuir a frota de aviões e o número de empregos que geram diretamente.

Nosso pleito é um tratamento isonômico para o transporte coletivo de passageiros no Brasil. É estarmos enquadrados com os demais transportes para que o brasileiro possa escolher ônibus ou avião, conforme preferir.

Alíquota reduzida e tratamentos diferenciados

O texto em tramitação no Senado estabelece a redução das alíquotas dos dois IVAs para determinados bens e serviços, além de criar outros

tratamentos diferenciados de tributação - que devem ser definidos em lei complementar.

Vários setores devem ser beneficiados com alíquotas menores de **tributos** sobre o consumo. Entre eles:

serviços de transporte público coletivo urbano; medicamentos; serviços de saúde; serviços de educação; produtos agropecuários.

Já profissionais liberais, como advogados, engenheiros e contadores, por exemplo, devem ter uma alíquota diferenciada, de 70% da tributação geral de todos os setores.

O texto analisado pelo Senado define que esses benefícios a setores da economia sejam revisados a cada cinco anos com base em metas de desempenho econômicas, sociais e ambientais, entre outros.

Exceções podem elevar alíquota

A aplicação de exceções - ou seja, tratamento favorecido a determinado setor da economia - tende a afetar a alíquota geral sobre o consumo, estimada inicialmente em 25%. O secretário Bernard Appy defende o mínimo de exceções possível.

A explicação é que, para manter a mesma carga tributária, concedendo tratamento favorecido a alguns setores, será necessário ampliar a alíquota geral e, assim, cobrar mais de todas as atividades.

Quanto mais exceção tiver, quanto mais tratamentos favorecidos, maior tem que ser alíquota para os outros setores para manter a carga. É uma decisão política do Congresso saber se justifica ter tratamento favorecido aqui ou não, disse Appy, em debate no Congresso Nacional.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), chegou a admitir que as novas exceções de benefícios incluídas pelo relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), elevam a alíquota padrão do futuro imposto sobre valor agregado para até 27,5%.

Segundo Haddad, as exceções incluídas no Senado representam um aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao texto que passou na Câmara dos Deputados - versão que, segundo a área técnica do Ministério da Fazenda, indicava que o futuro IVA poderia chegar a até 27%.

Essa já seria uma das alíquotas mais altas do mundo. A declaração do ministro foi dada após uma reunião com Braga na última quinta-feira (2).

Alta generalizada

Em um estudo sobre os possíveis impactos da **reforma tributária** no setor de serviços, a Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) calcula uma alta generalizada, com impactos diferentes para cada segmento. Não entram na contagem aqueles enquadrados como regimes especiais.

A estimativa sobre a carga tributária das atividades foi feita com base na alíquota de 25%. Segundo Jorge Segeti, diretor técnico da Cebrasse, a apuração considera médias de incidência tributária ao longo das cadeias de produção e da interação desses segmentos com o restante da economia.

Os destaques do levantamento vão para os serviços de segurança, vigilância e investigação e para os aluguéis não mobiliados e gestão de ativos intangíveis não financeiros (aluguéis de automóveis, computadores e máquinas, por exemplo).

A previsão para esses dois grupos é que a carga tributária chegue a dobrar, de acordo com os cálculos de Jorge Segeti. Veja abaixo:

Para a Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) o aumento nos **impostos** sobre empresas de segurança, vigilância e limpeza pode elevar os custos e, consequentemente, os valores cobrados nos condomínios residenciais, por exemplo.

Jorge Segeti diz que, apesar de o setor não ser contra a implementação dos IVAs, a diminuição dos **tributos** sobre a folha de pagamento seria necessária para evitar um aumento de preços ao consumidor.

A folha não foi alterada, e o salário continua sendo tributado a 40%. Para um funcionário que recebe R\$ 1 mil, por exemplo, você gasta R\$ 400 em **tributos**. E isso não inclui 13º salário ou férias. É só de imposto que vai para a previdência. Esse ponto não foi mexido. Continua pesado, diz.

Um estudo publicado pela XP Investimentos em meio às discussões na Câmara dos Deputados aponta que o setor de serviços pode ter um impacto misto ou até sofrer mais do que outros - na contramão dos setores industrial e exportador, por exemplo, que tendem a ser mais beneficiados.

[Com a aprovação do texto atual no Senado] o setor de serviços sofreria mais - embora isso fosse compensado pelo crescimento econômico no longo prazo, diz a publicação.

Contraponto

Para a consultora internacional Melina Rocha,

especialista em IVA, a **reforma tributária** afeta um pouco os preços dos bens e serviços adquiridos pelas famílias, mas mantém, na média, a tributação atual .

Como a **reforma tributária** tem como objetivo manter a carga tributária atual, qualquer redução na tributação de um item de consumo tende a ser compensada pelo aumento da tributação dos demais itens de consumo, mantendo a tributação total das famílias brasileiras a mesma , diz.

Ela conclui que, no agregado, considerando toda a cesta de consumo, o custo tributário para as famílias brasileiras continuará sendo o mesmo .

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/11/07/reforma-tributaria-impactos-servicos.ghtml>

Reforma Tributária: após empenho de Lula e entrega do relatório, veja os próximos passos no Senado

Após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunir com os líderes de partidos da base no Senado, ontem, para destravar a **Reforma Tributária**, o texto deve ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa hoje. Será o primeiro passo antes da votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o sistema de **impostos** sobre o consumo.

Se aprovado na CCJ, o texto vai a plenário na quarta-feira, prometeu o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A PEC tem de ser aprovada por 49 dos 81 senadores, em dois turnos. Como o texto foi modificado, terá de passar por uma nova votação na Câmara dos Deputados para então ser promulgada.

O encontro de Lula com os líderes, ontem, não estava previsto na agenda do petista. Foi uma tentativa de garantir a aprovação.

Além dos líderes e do relator da **Reforma Tributária**, Eduardo Braga (MDB-AM), participaram do encontro os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

A reunião também foi convocada para discutir a pauta de votações no Senado até o fim do ano. A Casa vai apreciar os nomes de dois indicados para assumirem a diretoria do Banco Central: os economistas Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira. O governo também conta com a aprovação do projeto que estabelece a taxa dos chamados fundos exclusivos (voltados para alta renda no Brasil) e offshore (no exterior).

Estava prevista para quarta-feira uma reunião de Lula com lideranças do Senado e presidentes de partidos da base. Um dos objetivos era justamente ajustar o caminho para a aprovação da **Reforma Tributária**. Com o encontro de ontem, auxiliares do presidente não sabem se a reunião de amanhã vai acontecer.

Num dos movimentos para destravar a votação, o relator deve incluir em seu parecer mecanismo para premiar estados e municípios que ampliarem a arrecadação ao longo do período de transição para o novo sistema tributário.

A intenção é evitar o chamado "efeito carona", que

permitiria aos governos estaduais e municipais manterem patamar de receitas semelhante ao atual independentemente de esforço para fiscalizar o cumprimento da nova legislação ou do seu desempenho econômico.

A mudança será feita na transição da troca da cobrança do imposto na origem (onde bens e serviços são produzidos) para o destino (onde ocorre o consumo), que vai durar 50 anos.

O parecer da **Reforma Tributária** no Senado será votado na CCJ hoje. O relator vai negociar até a última hora alterações no texto antes da análise do colegiado. Parte dos senadores e o governo apelam a Braga para diminuir as exceções à cobrança de alíquota padrão.

O Ministério da Fazenda estima que o número elevado de regimes especiais pode levar à necessidade de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de até 27,5%.

Em evento em São Paulo na manhã de ontem, Haddad disse que a mudança no sistema de **tributos** brasileiro terá impacto sobre a produtividade como se nunca viu no Brasil:

- Nosso sistema tributário é ingovernável e caótico. A **Reforma Tributária** que está sendo votada não é a ideal, mas tem nota entre 7 e 7,5.

As negociações em torno da **Reforma Tributária** mobilizaram as lideranças do Senado ontem. Antes do encontro com Lula, os líderes do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), se reuniram com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-PA). Braga e Padilha também participaram.

Em participação virtual em um evento do mercado financeiro, Pacheco afirmou que é importante que o texto, que tem mais de 700 emendas propostas, chegue à CCJ hoje o "mais negociado possível":

- Apreciado na CCJ e pronto na CCJ,

encaminharemos ao plenário. A pauta prevista para o plenário é na próxima quarta-feira (amanhã), sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira caso seja necessário prolongar a apreciação da **Reforma Tributária**.

Sobre a alíquota padrão estimada em até 27,5%, Pacheco ressaltou que há, no texto do relator, a previsão de uma limitação da arrecadação através de uma fórmula que atrela a incidência do imposto ao crescimento do Brasil, do Produto Interno Bruto (**PIB**):

- Há uma preocupação do Senado Federal de se ter uma limitação de crescimento da alíquota. Se a alíquota será 27%, 28%, 27,5%, 26%, isso é uma definição que será feita na sequência, através dos desdobramentos próprios das leis complementares que a emenda constitucional exige.

O relator Eduardo Braga passou o dia de ontem em reuniões, uma delas com o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB). Ele também conversou com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **Reforma Tributária** na Câmara, para onde a proposta voltará.

Entre as alterações de maior destaque, descritas no último relatório de Braga, estão a criação de uma alíquota reduzida em 30% do imposto padrão para profissionais liberais, como médicos, advogados e engenheiros.

O senador também instituiu um novo tipo de alíquota para a cesta básica. Além da alíquota zerada, sugerida pela Câmara dos Deputados, haverá uma alíquota reduzida em 60% para produtos da chamada "cesta estendida". A lista detalhada será determinada em lei complementar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/07/reforma-tributaria-apos-empenho-de-lula-e-entrega-do-relatorio-veja-os-proximos-passos-no-senado.ghtml>

Para aprovar reforma tributária, governo topa que Congresso vote veto do Marco Temporal, diz Jaques Wagner

Por Vinícius Cassela, Pedro Henrique Gomes, g1 e TV Globo - Brasília

O líder do governo no Senado Federal, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou nesta segunda-feira (6), que o governo estaria disposto a deixar o Congresso Nacional votar alguns vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em troca da aprovação da **Reforma Tributária** (PEC 45/2019).

A fala ocorreu após uma reunião de líderes da base do governo no Senado com o presidente Lula, no Palácio do Planalto. A reunião ainda contou com a presença dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda, Rui Costa, da Casa Civil, e Alexandre Padilha, das Relações Institucionais.

"O instrumento básico é convencimento, e eu acho que nós temos um elemento suficiente pra fazer convencimento as pessoas. Vão desde o pedido de colocação na sessão de quinta-feira (9) do Congresso de determinados vetos, que interessa a determinados setores, sem o compromisso, evidente, do governo, pelo menos do líder do governo ou do líder do Congresso [de votar a favor da derrubada dos vetos]", afirmou Wagner.

Na próxima quinta-feira (9), está prevista uma sessão para que o Congresso Nacional vote vetos a projetos que foram aprovados pelo Legislativo, mas barrados, de alguma maneira, pelo Executivo. Entre as propostas vetadas está o Marco Temporal (PL 2.903/2023).

Ao todo, são 34 vetos presidenciais que foram aprovados pelo Congresso em 2023 e outras 10 propostas vetadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2022.

Segundo o líder do Senado, a oposição pediu isso é o próprio Jaques defende que coloquem em votação, já que será preciso votar de qualquer jeito um dia. Um desses vetos é o Marco Temporal.

Não vou trabalhar pra derrubar veto do presidente, mas a oposição trabalha, eles só querem que coloquem. E eu defendi que coloquem. [O do Marco

Temporal, por exemplo?]. Sim, o marco temporal em algum momento vai ter que entrar. É isso que eu disse pro presidente, concluiu o líder do governo.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado votará na manhã desta terça-feira (7) o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária**.

A etapa representa mais um avanço na discussão, que já dura quase três décadas, sobre um novo sistema tributário no país.

A expectativa é que o texto seja aprovado na CCJ e, ainda nesta semana, no plenário do Senado. Depois, deve voltar para a Câmara, onde já foi aprovado em julho. Como os senadores deverão fazer modificações em relação ao texto da Câmara, é preciso que a PEC passe novamente pelos deputados antes de virar lei.

Questionado se o governo teria votos suficientes para aprovar a proposta na CCJ - é necessária maioria simples dos votos - Jaques não soube precisar o tamanho do apoio do governo.

"Eu não vou dizer para você quantos votos eu tenho. Eu tô dizendo para vocês que eu vou aprovar a **reforma tributária**, reforçou.

Para virar lei, no plenário do Senado, a PEC ainda precisa receber três quintos dos votos favoráveis, ou seja, 49 senadores, em dois turnos.

Caso obtenha a quantidade mínima, a proposta segue para a Câmara dos Deputados onde passará por uma nova discussão e terá que ser aprovada em plenário por 308 deputados antes de seguir para sanção presidencial.

No final de outubro, o presidente Lula vetou o projeto de lei que estabelecia a data da promulgação da Constituição, em outubro de 1988, como marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

Lula, no entanto, sancionou outros pontos da proposta, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro, que definem regras das demarcações.

Entre os trechos que Lula sancionou, estão:

Veja a lista completa do que foi vetado pelo presidente Lula a respeito da proposta do Marco Temporal clicando aqui.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/07/para-aprovar-reforma-tributaria-governo-topa-que-congresso-vote-veto-do-marco-temporal-diz-jaques-wagner.ghtml>

Governo não enviará mensagem para alterar meta fiscal na lei de diretrizes orçamentárias, diz Randolfe

Por Pedro Henrique Gomes, Vinícius Cassela, Ana Paula Castro, g1 e TV Globo - Brasília

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou nesta segunda-feira (6) que o governo federal não enviará uma mensagem modificativa para mudar a meta fiscal prevista no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).

O governo pode enviar uma mensagem modificando o texto já em tramitação no Congresso Nacional até a votação do relatório preliminar do PLDO na Comissão Mista de Orçamento (CMO), formada por deputados e senadores.

No entanto, Randolfe não explicou se o relator do projeto na CMO, deputado Danilo Forte (União-CE), mudará o texto enviado pelo governo. Mas afirmou que o governo apoiará o texto que for apresentado por Forte na comissão.

O senador deu uma declaração após uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com os líderes do governo no Senado e Congresso, líderes da base do governo no Senado e ministros para tratar da pauta na Casa, como a **Reforma Tributária** (PEC 45/2019), que deve ser votada na terça-feira (6) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

A meta de zerar o rombo nas contas públicas em 2024 está no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) - enviado pelo governo ao Congresso Nacional em abril.

O desejo de mudança da meta fiscal é defendido por parte do governo e foi explicitada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que disse que dificilmente o governo chegará à meta zero em 2024.

O projeto com as diretrizes para 2024 ainda precisa ser votado pela CMO. O deputado Danilo Forte deve realizar a leitura do relatório na CMO nesta terça (6).

Randolfe acredita que é possível que deputados e senadores votem a proposta ainda na terça. O calendário inicial da comissão previa que a votação do

relatório final do projeto acontecesse até 5 de julho.

Segundo assessoria do deputado Danilo Forte, o relatório preliminar que será apreciado nesta terça-feira será o mesmo apresentado pelo relator em setembro - antes da discussão sobre uma eventual mudança na meta de 2024 se intensificar. Porém, o relator já admitiu que a meta poderá ser revista.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as regras para a elaboração do Orçamento do ano seguinte. Cabe ao texto definir, por exemplo, o nível de equilíbrio entre receitas e despesas:

Em entrevista ao Jornal Nacional, no final de outubro, o relator do texto, deputado Danilo Forte, justificou que o atraso na votação da LDO ocorreu "para dar a oportunidade para o governo federal realizar o convencimento acerca das propostas da equipe econômica".

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/07/governo-nao-enviara-mensagem-para-alterar-meta-fiscal-na-lei-de-diretrizes-orcamentarias-diz-randolfe.ghtml>

Lula e líderes alinham votação da reforma tributária no Senado

Publicado em 07/11/2023 - 00:22

Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva coordenou uma reunião com líderes partidários da base do governo no Senado, na noite desta segunda-feira (6). O objetivo foi traçar estratégias finais para a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da **reforma tributária**, a PEC 45/2019. O texto está pautado para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa nesta terça-feira (7) e também no plenário, no dia seguinte.

Estiveram no Palácio do Planalto os seguintes senadores: o relator Eduardo Braga (MDB-AM), Confúcio Moura (MDB-TO), Davi Alcolumbre (União-AP), Efraim Filho (União-PB), Fabiano Contarato (PT-ES), Jacques Wagner (PT-BA), Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Weverton Rocha (PDT-MA), Otto Alencar (PSD-BA), Eliziane Gama (PSD-MA), além dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). O encontro, que começou às 19h30, terminou um pouco antes das 23h.

"Cada votação tem um corpo a corpo, que a gente está fazendo desde de manhã. Conversamos com líderes da oposição, não dá pra dizer que é matéria do governo. Muitas coisas dessa **reforma tributária** já estavam sendo pensadas antes. Pessoalmente, estou muito confiante", declarou o senador Jacques Wagner a jornalistas, após o encontro.

"Como disse o ministro Haddad, segundo o Banco Mundial, o sistema tributário brasileiro é o sétimo pior do mundo entre 190 países", acrescentou o senador, reforçando que a PEC, por ter um longo período para sua entrada em vigor, vai além do atual governo e é uma medida de Estado.

Votos e marco temporal

Para ser aprovada em plenário, o governo precisa do mínimo de 49 votos. Jacques Wagner afirmou que a principal arma do governo é o convencimento. Outro acordo costurado entre governo e oposição é que o Congresso Nacional também analise, essa semana, os vetos do presidente Lula pendentes de análise, principalmente o marco temporal. A previsão é que o veto esteja na pauta da sessão do Congresso de

quinta-feira (9).

"O [veto ao] marco temporal em algum momento vai ter que entrar. Não tem nenhum compromisso do governo de trabalhar pela derrubada, o compromisso é botar para votar. Quem tem que botar votos são eles", afirmou o líder do governo no Senado.

Perguntado sobre se o governo tem votos suficientes para aprovar a reforma, Jacques Wagner evitou contabilizar, mas demonstrou confiança. "Eu não vou dizer quantos votos eu tenho, estou dizendo a vocês que eu vou aprovar a **reforma tributária**", destacou o líder.

Parecer da reforma

Entregue pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) na semana passada, o parecer da PEC da **reforma tributária** manteve a maior parte da proposta para simplificar e reformular os **tributos** sobre o consumo, aprovada no início de julho pela Câmara dos Deputados. Por exemplo, está mantida a unificação de **tributos** federais na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e dos **tributos** estaduais e municipais no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e a cobrança no destino (local do consumo), com uma regra de transição longa para os **tributos** regionais e rápida para os **tributos** federais.

O texto, no entanto, trouxe alterações. De 663 emendas apresentadas no Senado, Braga acolheu, parcialmente ou totalmente, 183. As principais foram a criação de uma trava para a carga tributária (peso dos **tributos** sobre a economia), a revisão periódica dos setores incluídos em regimes específicos de tributação, a ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e a inclusão de serviços de profissionais liberais na alíquota reduzida de CBS e de IBS.

Outras 7 ou 9 novas modificações, no formato de emendas, devem ser incluídas ao parecer de Eduardo Braga ainda antes da votação na CCJ.

Notícias Relacionadas:

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ

Lula e líderes alinham votação da **reforma tributária** no Senado
PORTAL UOL

Lula e líderes alinham votação da **reforma tributária** no Senado

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-11/lula-e-lideres-alinham-votacao-da-reforma-tributaria-no-senado>

GLO tem blindados no Rio e operação normal em aeroportos no 1º dia

MARCIO DOLZAN GIOVANNA CASTRO

Dois veículos blindados da Marinha foram posicionados na manhã de ontem no acesso ao porto do Rio. Na Baía de Guanabara, lanchas e navios-patrolha foram vistos circulando no primeiro dia da operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos do Rio e de São Paulo. Nos terminais aéreos, a movimentação foi normal, sem mobilização visível de tropas.

Segundo o capitão de Fragata Rodrigo Fernandes, portavoz da GLO, o foco da força está na "quebra do fluxo logístico" das organizações criminosas, seja por meio de ações preventivas, seja de forma repressiva.

"A Marinha do Brasil está desde as 6h da manhã com seus meios, militares e tropas posicionadas nos portos definidos no decreto de GLO: Porto do Rio de Janeiro, Porto de Santos e Porto de Itaguaí. E também com seus meios na água já realizando o patrulhamento na Baía de Guanabara, Baía de Sepetiba, acesso marítimo ao porto de Santos, e também no lago de Itaipu", disse.

O capitão explicou que, com o decreto, as atribuições da Marinha se ampliam; a Força faz tradicionalmente o controle dos mares e a abordagem preventiva de embarcações, mas agora a ação terá um efetivo maior e poderá atuar também nos portos. "Isso está sendo intensificado, com a concentração de meios e de pessoal, mais especificamente na área dos portos. É uma área que não é atribuição da Marinha, mas que agora estaremos operando, sempre que possível em coordenação e articulados com os órgãos de segurança pública e agências, além de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e **Receita Federal**", afirmou.

Para a GLO, a Marinha ofertou 1.900 militares, além de cerca de 120 veículos, entre blindados, navios-patrolha e lanchas. Cães farejadores também participam.

AEROPORTOS. No Rio, o aeroporto do Galeão teve movimentação normal no primeiro dia com o decreto em vigor. Nenhuma movimentação de militares foi percebida nos terminais de passageiros ou de carga.

Já a movimentação no Aeroporto Internacional de

Guarulhos (GRU) também estava normal ontem. A reportagem não encontrou sinais de tropas militares do Exército e Aeronáutica nas áreas externas e nos saguões do aeroporto tanto em terminais domésticos quanto no destinado a voos internacionais.

O decreto de GLO estabelece que, durante o período de vigência, os militares têm "poder de polícia" nesses locais, podendo revistar pessoas, efetuar prisões e inspecionar quaisquer áreas. Desde o mês passado, o Rio vive uma nova crise na segurança pública, acentuada após a morte do miliciano Matheus da Silva Resende num confronto com a polícia.

Em retaliação, criminosos queimaram pelo menos 35 ônibus na zona oeste.

Além da GLO, o governo reforçou a atuação das Forças Armadas na faixa de fronteira. Considerando a GLO e o reforço da presença das Forças Armadas nesses locais, 3.700 agentes atuam nas operações.

Prevenção e repressão

Porta-voz da GLO diz que o foco da força está na "quebra do fluxo logístico" do crime organizado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

GLO de Lula é necessária, porém insuficiente (Editorial)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfim se convenceu - ou foi convencido - de que a grave crise de segurança que o país atravessa não permite hesitação. Dias depois de afirmar que, enquanto fosse presidente, não decretaria uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) com presença das Forças Armadas, Lula anunciou um plano de segurança em que uma das principais medidas é justamente a GLO. Melhor assim.

Qualquer iniciativa que possa contribuir para combater o crime organizado merece ser considerada, especialmente quando argumentos técnicos se sobrepõem aos político-ideológicos.

A GLO decretada por Lula traz um sinal de maturidade: os militares não subirão morros nem enfrentarão o crime no corpo a corpo, missão que já deu errado no passado. Desta vez, cumprirão seu papel de zelar pelas fronteiras. Atuarão nos portos do Rio, Itaguaí (RJ) e Santos (SP), além dos aeroportos de Guarulhos (SP) e do Galeão (RJ), em conjunto com Polícia Federal (PF) e **Receita Federal**. Terão prerrogativas de polícia, poderão revistar passageiros e inspecionar aeronaves, embarcações, bagagens e contêineres. Além disso, a Marinha intensificará o patrulhamento nas baías de Guanabara, de Sepetiba e na parte brasileira do Lago de Itaipu.

Exército e Aeronáutica ampliarão a vigilância nas fronteiras em conjunto com PF e Polícia Rodoviária Federal (PRF), principalmente no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Grandes carregamentos de drogas e armas transitam por portos e aeroportos brasileiros e apenas eventualmente são interceptados. Costumam passar livremente pelas fronteiras. Daí a importância de reforçar o patrulhamento.

O trabalho integrado entre as diversas forças de segurança é a melhor forma de combater as facções criminosas que controlam as rotas do tráfico.

Tão importante quanto as ações em portos, aeroportos e fronteiras é a ideia de criar uma força-tarefa para asfixiar financeiramente essas organizações. A guerra contra drogas empreendida há décadas pelas polícias estaduais não tem trazido resultados satisfatórios, e os índices de violência se mantêm elevados.

A melhor maneira de enfraquecer o crime é cortar sua fonte de recursos.

Tal tarefa demanda investigação, tempo e dinheiro. Também depende da integração de bases de dados coordenada por autoridades federais.

Não há dúvida de que o combate ao crime organizado é desafiador. Ontem, no mesmo dia em que a GLO tinha início, moradores da comunidade da Muzema, Zona Oeste do Rio, acordaram com saraivadas de tiros disparados por milicianos e traficantes que disputam de forma sangrenta o controle da região. Essa é a realidade.

Embora necessárias, as medidas anunciadas pelo governo ainda são insuficientes, considerando que grupos criminosos estão espalhados por todo o Brasil. Falta um plano de segurança que contemple o país como um todo, integrando governos federal e estaduais.

É verdade que a segurança pública é tarefa constitucional dos estados, mas está claro que eles não têm dado conta de enfrentar facções que usam armas de guerra e atuam internacionalmente.

A ajuda federal, dentro dos limites legais, é essencial. Ao apresentar um plano, ainda que modesto, ao menos a União reconhece também ter responsabilidade pela crise no país. Mas que ninguém se iluda. Para enfrentar o poderio das organizações criminosas, será preciso muito mais que isso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

União quer negociar acordos sobre IRPJ e CSLL

Beatriz Olivon De Brasília

O primeiro edital para a nova fase da chamada transação de teses tributárias, a ser aberto até o fim do mês pela Fazenda Nacional, vai abordar uma discussão valiosa: cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre lucros obtidos por empresas brasileiras no exterior. Há cerca de 200 processos em tramitação - 150 na esfera administrativa e 50 na judicial que somam aproximadamente R\$ 69 bilhões.

A tese trata da compatibilidade entre a norma brasileira e tratados para evitar bitributação assinados pelo Brasil. É um assunto que muitas grandes companhias abertas discutem na esfera administrativa e já chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Não há estimativa de quanto deve, efetivamente, ser recuperado com essa tese em 2024, por meio de acordos com contribuintes, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No geral, envolvendo todas as teses que serão objeto de negociações, espera-se alcançar R\$ 12 bilhões em 2024. De acordo com o que afirmou ontem a procuradora-geral Anelize de Almeida, em coletiva de imprensa na Advocacia-Geral da União (AGU), esse valor pode ser considerado conservador. Está estimado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

A primeira tese foi identificada no âmbito da **Receita Federal** e bastante discutida com a procuradoria, segundo Claudia Pimentel, subsecretária de Tributação e Contencioso do órgão. Inicialmente, acrescentou, cogitou-se a negociação de teses envolvendo disputas sobre PIS e Cofins.

As contribuições sociais estão no radar, afirmou a procuradora-geral Anelize de Almeida, em razão, principalmente, da **reforma tributária**. "Ainda está no nosso norte, mas a tese dos lucros no exterior nos pareceu mais palpitante em relação a apetite para negociação", disse.

Esse não é exatamente o primeiro edital de transação do contencioso, mas é o primeiro da chamada "transação 2.0", segundo a procuradora-geral da Fazenda Nacional. Já existiram outras duas transações do contencioso a partir das quais foram

feitos aperfeiçoamentos incorporados pela Lei nº 14.689, de 2023, acrescentou.

A lei trouxe quatro grandes mudanças. A primeira diz respeito a percentual máximo de descontos. Além disso, trata do número máximo de parcelas, que foi de 84 para 120, da exclusão do desconto da base tributável e desvincula a desistência da tese pelo contribuinte para o futuro - a transação vale para o caso concreto, mas se houver nova autuação, ele pode discutir a mesma tese no Judiciário.

A Advocacia-Geral da União abriu uma consulta pública para receber sugestões para esse primeiro edital de transação de teses tributárias. Pela primeira vez, os contribuintes vão poder sugerir ajustes ou acréscimos quanto aos termos e condições que estarão na versão final do edital, além de manifestar interesse em incluir na transação outras teses que não estejam presentes na versão preliminar do documento.

A consulta pública está aberta nos sites do Ministério da Fazenda, **Receita Federal**, PGFN e AGU. As contribuições serão analisadas no próximo dia 22 pelo Comitê Tributário da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios, recentemente criada pela AGU e poderão ser incorporadas na versão definitiva do edital que será lançado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Difícilmente, adiantou o procurador Manoel Tavares, vai ser aceita, na consulta pública, a sugestão de uso de prejuízo fiscal pelos contribuintes.

Segundo o advogado-geral da União Jorge Messias, a consulta pública dá início a um novo método de trabalho na administração pública federal, que é chamar o jurisdicionado para conversar antes da tomada de decisões na administração federal.

"Acredito que uma política construída a partir desse formato, em que o cidadão é chamado a falar previamente antes da tomada de decisão pela administração pública federal, terá um grau de cumprimento voluntário dessas decisões muito maior", afirmou.

O modelo, acrescentou o advogado-geral, aumenta o grau de interesse de adesão por parte dos contribuintes à política que está sendo proposta e tem

êxito maior que uma política construída com a cidadania afastada, como se viu no passado.

A partir de 22 de novembro, o comitê de assuntos tributários vai começar a debater sugestões, segundo explicou a secretária-geral de consultoria da AGU, Clarice Calixto. A câmara terá entidades representativas de setores econômicos, de trabalhadores, organizações da sociedade civil, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de órgãos da própria AGU.

"A tese dos lucros no exterior nos pareceu mais palpitante" Anelize Almeida

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187707>

Concessões para votar a reforma tributária

Edla Lula

O governo e o relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), fizeram um último ajuste ontem, em reunião do Conselho de Coalizão Política, no texto a ser votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Coordenado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o encontro buscou "tratar do atendimento nas negociações" para a votação da matéria, segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Um das dessas negociações trata da inclusão da discussão dos vetos de Lula ao marco temporal. A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) impôs como condição para votar a reforma a introdução do assunto na próxima sessão do Congresso, marcada para quinta-feira.

"É claro que nós, como governo, não vamos trabalhar para derrubar um veto do presidente.

Mas consideramos legítimo colocar a discussão para que a oposição faça o seu trabalho de convencimento, e nós também", disse Wagner.

Segundo as lideranças da base aliada, o governo está muito tranquilo em relação à aprovação na CCJ. Tanto que o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) acredita que, hoje mesmo, a matéria pode seguir para o plenário da Casa, economizando um dia na agenda de votação, já que a discussão no plenário está marcada para amanhã. Nem Randolfe nem Wagner cravaram o número de votos que o Executivo tem garantido para a aprovação.

Wagner destacou que a reforma "não é do governo, mas do país". "O sistema tributário no Brasil, hoje, é considerado o sétimo pior, numa lista de 190 países", argumentou o parlamentar, ao lembrar que existe um consenso sobre a importância de se aprovar o texto.

O senador acrescentou que Braga fará pequenas alterações em seu relatório, a partir de oito emendas, todas assinadas pelo líder do PT na Casa, Fabiano Contarato (ES). Ele, no entanto, não detalhou quais seriam os dispositivos afetados.

Temas sensíveis

"O que nós acertamos na reunião é que o relatório

apresentado por Eduardo Braga, seja ele qual for, nós iremos apoiar", destacou Randolfe.

Uma das principais preocupações do governo diz respeito às pressões para que mais setores sejam incluídos na lista de exceções, que pagarão uma alíquota menor de imposto.

Em entrevista ao Correio, o secretário Bernardo Apy, da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, lembrou que "quanto mais setores colocados nas exceções, maior será a alíquota padrão" do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O Executivo também está reticente em relação à trava colocada pelo relator em seu parecer, com o propósito de evitar elevação da carga tributária.

No relatório, Braga criou o "teto de referência", calculado a partir da média da receita no período de 2012 a 2021, apurada como proporção do **PIB** (Produto Interno Bruto). Se ultrapassar esse teto, a alíquota padrão do novo imposto será reduzida.

Nem o governo federal nem estados nem municípios concordam com esse ponto. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aceitou incluir o trecho para garantir a aprovação.

"É claro que nós, como governo, não vamos trabalhar para derrubar um veto do presidente, mas consideramos legítimo colocar a discussão para que a oposição faça o seu trabalho de convencimento, e nós também" Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/07/all.pdf>

Empresários defendem texto

Setenta economistas e empresários assinaram um manifesto em apoio à aprovação da **reforma tributária**. O texto endossa a proposta apresentada pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), que deve ser analisada, hoje, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Entre os signatários do artigo, estão ex-presidentes do Banco Central, como Affonso Celso Pastore, Arminio Fraga e Gustavo Loyola; ex-ministros da Fazenda, como Máílson da Nóbrega, Henrique Meirelles e Guido Mantega; economistas idealizadores do Plano Real, como Edmar Bacha e Persio Arida; secretários e ex-secretários de Fazenda, como Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e Helcio Tokeshi; e empresários, como Jorge Gerdau e Pedro Passos.

"A **reforma tributária** em discussão no Senado é a mudança de que precisamos para construir um sistema tributário que impulse o desenvolvimento econômico e social no Brasil", diz o manifesto.

A iniciativa é do Pra Ser Justo - movimento suprapartidário criado por organizações da sociedade civil empenhadas na aprovação da reforma. "O relatório apresentado pelo senador Eduardo Braga à CCJ mantém os principais pilares da reforma", acrescenta.

O texto afirma, porém, que o relatório de Braga "promove a ampliação da já elevada quantidade de regimes específicos e favorecidos aprovada pela Câmara, distanciando a **reforma tributária** dos melhores modelos praticados no mundo". "Reconhecemos que concessões são necessárias para viabilizar politicamente a aprovação da reforma, mas advertimos que, sob a perspectiva técnica, o limite razoável já foi atingido ou mesmo superado", destaca.

Mesmo assim, os signatários recomendam a aprovação da proposta para aumentar o crescimento do país. "Os senadores e as senadoras têm a responsabilidade de zelar por um modelo capaz de aumentar a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais." Conforme os signatários, "a aprovação da PEC 45 pela Câmara dos Deputados, em julho, foi um momento histórico para o Brasil". "Chegou o momento de o Senado Federal deixar sua marca. Que seja a de um sistema tributário mais eficiente, transparente e justo para todo o povo brasileiro", enfatiza.

"A **reforma tributária** em discussão no Senado é a mudança de que precisamos para construir um sistema tributário que impulse o desenvolvimento econômico e social no Brasil" Trecho do manifesto

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/07/all.pdf>

Pacheco: "Todos foram atendidos"

Renato Souza

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que, neste momento, está em andamento uma etapa de "intensa negociação" para a aprovação da **reforma tributária**. De acordo com o parlamentar, a intenção é de que o texto passe sem alterações relevantes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - onde acordos têm sido feitos para agilizar a apreciação - e siga para votação em plenário amanhã.

Pacheco destacou que todos os setores da sociedade interessados no debate sobre a **reforma tributária** estão sendo atendidos e disse esperar que ocorram poucas alterações no texto do relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Conforme o parlamentar, existe uma preocupação na Casa sobre a fixação da alíquota padrão, estimada em 27,5%. No entanto, declarou que a definição sobre a alíquota pode ficar para depois da aprovação, sendo fixada por meio de lei complementar.

"Considero que é um grande êxito termos hoje uma maturidade para poder aprovar uma **reforma tributária** que, repito, se não resolve todos os problemas e se não é totalmente perfeita, chegou no ponto máximo de diálogo, de amadurecimento, de participação de todos", frisou. "Não há nenhum setor no Brasil que não tenha debatido a reforma no Congresso.

Todos foram atendidos.

Todos os entes federados também", acrescentou, ressaltando o diálogo com os governadores.

De acordo com Pacheco, o cronograma estabelecido é de apreciação na CCJ hoje de manhã.

"Pronto na CCJ, encaminharemos ao plenário. A pauta prevista para o plenário é na próxima quarta-feira, sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira, caso seja necessário prolongar a apreciação da **reforma tributária**", explicou.

Crises

As declarações de Pacheco ocorreram em evento do BTG Pactual, que contou, também, com a participação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O chefe do Senado negou que haja rugas com o

governo, ou que as pautas do Executivo ficarão prejudicadas em razão de alguma indisposição do Planalto com o Parlamento.

"Não há nenhum tipo de crise.

Considero que há, obviamente, pontos de vista que devem ser afirmados pelo Legislativo. Nosso papel é esse, nosso papel não é o de concordar inteiramente com o Poder Executivo. Isso é a essência da democracia", argumentou.

Apesar da declaração de Pacheco, o Senado refutou o nome do defensor público Igor Roque para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU) - foram 38 votos contra e 35 a favor. O governo entendeu a rejeição como um recado.

O senador ainda negou tensão com o STF, mesmo tendo aceitado colocar em debate uma série de medidas legislativas que tentam alterar o funcionamento da Corte, como a limitação das decisões monocráticas dos ministros.

Também se discute no Parlamento a limitação dos chamados pedidos de vista, quando um magistrado pede mais tempo para analisar uma ação.

Segundo Pacheco, o que está em discussão é um "aprimoramento".

"No Parlamento, talvez eu tenha sido o que mais defendeu o STF nesses momentos de crise. Me incomoda muito as críticas de quem, às vezes, fala sem ter a menor noção do que está falando", reprovou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/07/all.pdf>

"Somente GLO não reduzirá violência"

»» **Vicente Nunes Correspondente**

Entrevista | Gilmar Mendes | ministro do STF

Lisboa - O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acredita que o governo tomou a decisão certa ao decretar a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para tentar conter a violência no Rio de Janeiro. No entender dele, porém, esse instrumento, sozinho, não resolverá o problema. Será preciso uma ação coordenada e contínua entre as forças de segurança e a burocracia do Estado para enfrentar as milícias e as quadrilhas do tráfico, que se estruturaram de uma tal forma que, hoje, são transnacionais. "Tudo isso revela um descontrole, e, certamente, temos de nos preocupar com essa questão", frisa.

Apesar de todas as operações fracassadas que visavam botar ordem no Rio, o ministro ainda acredita que o estado, que teve uma penca de governadores presos, tem jeito. Contudo, será necessário um enorme engajamento da sociedade, sobretudo porque partes da política e das forças de segurança fluminenses estão dominadas pelo crime organizado. "E isso precisa ser repudiado, censurado e combatido", afirma. O enfrentamento desse quadro inaceitável passa, inclusive, pelo voto.

Diante da gravidade da violência no Rio e do fortalecimento das quadrilhas, que estão espalhadas por outros estados, Mendes diz não entender o porquê de o Senado insistir em votar projetos que tentam impor limites ao Supremo. O mais correto, frisa ele, seria os parlamentares estarem debruçados sobre medidas que garantissem mais segurança à população. O magistrado ressalta ainda que o STF já adotou vários procedimentos que estão na pauta do Senado, como prazos para pedidos de vista de processos, atualmente de, no máximo, 90 dias.

O ministro, que está em Coimbra para um debate sobre o futuro da tributação - promovido pelo Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe), em parceria com o Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra -, destaca que a **reforma tributária** em andamento no Congresso é um passo importante para reduzir a complexidade do sistema de **impostos** do Brasil.

Mas é preciso olhar para o futuro, para o mundo digital, que impõe desafios enormes aos governos. A seguir, trechos da entrevista que Mendes concedeu ao Correio.

A GLO decretada pelo presidente Lula em portos e aeroportos entrou em vigor ontem. O objetivo principal é tentar conter a violência no Rio de Janeiro. Era preciso chegar a essa medida extrema?

Acho que sim. Certamente, o governo tem dados seguros para tomar essa medida. E o caso do Rio, já há algum tempo, vem despertando preocupação pelo domínio que as milícias e as quadrilhas do tráfico passaram a ter sobre os próprios territórios. Episódios que se repetem de confronto com a polícia, de armamentos de alta precisão. O episódio mais recente, na Barra da Tijuca, do assassinato de médicos. Tudo isso revela um descontrole e, certamente, temos de nos preocupar com essa questão.

Só a GLO resolve?

Acho que o governo tem de articular todas as suas agências para o combate ao crime organizado.

Tudo indica que esse sistema engolfou um pedaço da política e, certamente, tem influência em setores da política estadual.

Pelo menos é o que vem sendo publicado. E isso precisa ser repudiado, censurado e combatido.

Então, me parece que é fundamental que haja essa ação, mas, sobretudo, que também haja ações permanentes. Acho que a integração de órgãos - e nós temos uma boa e qualificada burocracia, como a **Receita Federal**, o Coaf, o Banco Central - precisa ser articulada para o combate a essas organizações criminosas, que deixaram de ser operadores locais pequenos e, hoje, atuam de forma transnacional. Esse movimento deve envolver a própria sociedade. Deve ser uma atividade permanente.

O senhor acredita que o Rio é um caso perdido?

Não, certamente não. Vários países já lidaram com problemas semelhantes, mas é preciso ter consciência da gravidade, fazer um diagnóstico correto.

E não é uma tarefa só para o Rio de Janeiro, até porque há setores da segurança e da própria política que estão contaminados.

Isso exige informações seguras e tem de ser olhado com profundidade.

As instituições precisam dar respostas. Também é preciso que a sociedade do Rio de Janeiro tenha essa consciência para que as organizações de Estado, o Ministério Público na Justiça atuem no sentido do combate ao crime organizado. Isso é fundamental.

Eu acho que o Rio tem solução, e seria muito importante que usássemos este momento, talvez, como um marco zero, no sentido de resgate da estatalidade, da institucionalidade.

Esta semana, o Senado deve votar medidas que limitam poderes do Supremo Tribunal Federal. Como vê essa questão?

Vamos aguardar. As medidas que estão sendo anunciadas são medidas que o Supremo já tomou no âmbito do seu regimento. Mas vamos aguardar o que será votado, se será votado e o que será votado para que, depois, nos posicionemos.

A questão das liminares, que é um debate antigo sobre as decisões monocráticas do Supremo, já foi resolvida por uma norma regimental conduzida ainda na gestão da presidente Rosa Weber.

E também a questão dos pedidos de vista, que têm limites temporais de 90 dias. Tudo se resolve de maneira automática, de modo que vamos aguardar o pronunciamento do Senado, qual será o conteúdo. Depois, não será uma deliberação do Congresso, só uma deliberação do Senado, se houver.

Vê revanchismo nessas ações do Senado?

Não. Acho que há muitas peculiaridades neste momento.

Não vejo, como já disse em outras oportunidades, que haja prioridade nesse tipo de medida.

Estamos a falar de toda essa tragédia do Rio de Janeiro, que exige medidas legislativas. Era fundamental que se discutisse fundamentalmente essa questão, que o próprio Congresso Nacional estivesse debruçado sobre quais medidas tomar para, de fato, combatermos efetivamente o crime organizado. Então, não me parece que o problema seja o Supremo ou que devamos iniciar uma reforma pelo Supremo.

A própria reforma do Judiciário, que foi bastante ampla, estendeu-se de 1993 a 2004, portanto 11 anos. Então, esse é um dado que exige reflexão. Como há muita refrega com o tribunal, bancadas que estão incomodadas com o 8 de janeiro, as prisões e coisas do tipo, tem esse simbolismo, que não é bom. Decisões legislativas não podem ser tomadas de

forma açodada. É preciso reflexão.

Não precisamos ficar incomodados com isso. Emendas constitucionais que firam a autonomia dos Poderes são inconstitucionais.

Também passarão pela constitucionalidade.

A CCJ do Senado deve voltar, hoje, o relatório do senador Eduardo Braga referente à **reforma tributária**. Com todas as exceções previstas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê que a alíquota do IVA pode chegar a 27,5%, uma das maiores do mundo. Como avalia isso?

Não vou dar opinião específica sobre essa questão. Acho que a reforma conduzida pelo Congresso foi um movimento positivo, vemos que isso se reflete nos mercados. É um trabalho extremamente complexo. Temos um modelo desde 1988 que vem sendo remendado aqui ou acolá para atender às necessidades mais prementes. Portanto, era necessário que houvesse uma iniciativa mais completa. E isso, creio que, felizmente, se deu. Vamos aguardar a decisão no Senado.

Certamente, haverá alterações na Câmara dos Deputados.

O senhor está confiante com a reforma? Ela é importante?

Por quê?

Tenho a impressão de que acumulamos, ao longo de anos, uma litigiosidade enorme no campo tributário e muitas perplexidades.

Temos um sistema muito complexo, que deve harmonizar União, estados e municípios, e estamos no meio de uma nova revolução industrial, essa coisa 4.0, o avanço dos serviços digitais e como tudo isso se dá. Então, estamos falando de novas bases de tributação. Acredito que é preciso que se faça esse tipo de consideração e se debruce sobre isso. Muitas disputas entre União, estados e municípios e uma montanha de disputas dos contribuintes com os entes tributantes. Portanto, temos de buscar essa racionalização, e isso já é um ponto positivo. Me parece que o espírito é de se buscar uma solução. É claro que a reforma, como sabemos, remete a leis complementares. Vamos ter todo um debate. Imagino que o governo já esteja fazendo os projetos, porque, só a partir daí, a reforma vai entrar em vigor. É um ponto de inflexão, nesse contexto, extremamente positivo.

Qual é o objetivo da tributação sobre a economia digital?

A nossa sensação é de que os tributos já são antigos, são do século XX, tributos que todos nós nos acostumamos, para uma realidade futurística. A toda hora, as plataformas e modelos estão se transformando. Temos os nômades do capital, os nômades do trabalho, uma nova realidade também no mundo do trabalho, em que não se tem, necessariamente, vínculo de emprego. Tudo isso precisa ser discutido. E as bases tributárias, de alguma forma, evanesceram-se, desapareceram em muitos casos. E, aí, essa queixa geral de que é preciso, inclusive, haver um acordo global ou um acordo pelo menos entre os principais partners, para que haja também tributação das big techs, das grandes empresas de tecnologia. Tudo isso é preciso que seja discutido. Pelo menos, que a gente saiba que o problema existe.

» Leia mais sobre GLO na página 6

"Vários países já lidaram com problemas assemelhados, mas é preciso ter consciência da gravidade, fazer um diagnóstico correto.

E não é uma tarefa só para o Rio de Janeiro, até porque há setores da segurança e da própria política que estão contaminados"

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/07/all.pdf>

Pacheco diz que reforma deve ser votada até quinta

São Paulo - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que o texto da **reforma tributária** deve ser votado no plenário da Casa na amanhã ou quinta-feira, com a expectativa de que seja aprovado na (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa hoje. Durante evento do BTG Pactual, o parlamentar afirmou ontem seria um "dia longo de negociações políticas" para que a reforma chegue à CCJ com o texto mais negociado possível, destacando que não houve setores ou entes não atendidos pelos senadores. "A pauta prevista para o plenário é na próxima quarta-feira, sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira, caso seja necessário prolongar a apreciação da **reforma tributária**", afirmou.

O relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que já tem os votos necessários para aprovação na CCJ e no plenário. "Nós acreditamos que temos votos para aprovar, tanto na comissão quanto no plenário", diz Braga, sem revelar a contabilidade dos votos. Uma PEC (proposta de emenda à Constituição) requer maioria simples na CCJ e o apoio de ao menos 49 dos 81 senadores para ser aprovada no plenário da Casa, onde passa por dois turnos de votação. O relatório foi apresentado por Braga em 25 de outubro e recebeu mais de 700 emendas desde então.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quinta-feira que estima elevação de 0,5 ponto percentual na alíquota padrão do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) no projeto da **reforma tributária**. Apesar do efeito provocado pela ampliação das exceções da reforma, a avaliação da equipe econômica é que o saldo final do texto é positivo. Para Haddad, o parecer em discussão não é perfeito, mas representa um salto de qualidade em comparação com o atual modelo tributário.

"Em relação à versão que saiu da Câmara, aumenta em cerca de 0,5 ponto [percentual]", disse o ministro após reunião com Eduardo Braga na sede do Ministério da Fazenda. "Não chegam a 28%. Se pegar o estudo que o [secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard] Appy fez, como não reduziu exceção, ampliou um pouquinho, amplia [a alíquota em] cerca de 0,5 ponto. Demos a estimativa para a equipe técnica do Senado, isso tem que se tornar público", complementou.

Os cálculos da equipe econômica ao projeto inicial da **reforma tributária** apontavam uma cobrança total entre 25,45% e 27% sobre o consumo. Com um aumento de 0,5 ponto percentual, a alíquota pode chegar a 27,5%. "Em relação à alíquota atual, ela cai para a grande maioria dos setores", ponderou. Haddad também voltou a dizer que "quanto menos exceções, melhor para o país."

No parecer do Senado, Braga incluiu regimes específicos para setores como turismo, agência de viagens, saneamento e concessionárias de rodovias, além de ter elevado a R\$ 60 bilhões o aporte anual do governo federal no FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional).

"É perfeita? Nada é perfeito. Mas à luz do que nós temos, o salto de qualidade que nós vamos dar em relação ao nosso sistema tributário atual, penso que é inestimável. Vamos figurar entre os bons sistemas tributários do mundo", disse Haddad.

Déficit zero

Rodrigo Pacheco voltou a defender que o governo federal mantenha a meta de zerar o déficit nas contas públicas. Durante o evento promovido pelo Banco BTG Pactual, ele destacou que a economia é o "principal fator de paz social e de crescimento do país" e que o poder Legislativo atuará no estabelecimento de um regime fiscal sustentável. "Se estabeleceu uma meta de redução do déficit, de déficit zero no Brasil. Essa meta deve ser continuamente perseguida e buscada. Se lá na frente não conseguir ser alcançada, é outra coisa. Mas não podemos deixar de ter a tônica do encaminhamento, do combate ao déficit público, e do crescimento do Brasil, e do crescimento de receitas que sejam sustentáveis", disse Pacheco.

Além da **reforma tributária**, o senador lembrou a o esforço do Congresso para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e viabilizar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), além do arcabouço fiscal. "O Senado Federal e o Congresso Nacional têm compromisso com a agenda do governo federal que tenha esse propósito e, eventuais equívocos, serão constantemente por mim apontados", declarou.

O déficit zero foi posto em dúvida pelo presidente Lula no fim de outubro, sinalizando que a meta pode não ser alcançada. O petista defende que não se corte gastos em obras públicas para alcançar o objetivo já preconizado pelo ministro Fernando Haddad, que defende a proposta desde que assumiu a pasta. Constantemente questionado sobre a meta desde que Lula relativizou as questões, Haddad tem se esquivado de responder sobre uma eventual mudança, sempre afirmando que o objetivo do déficit zero está mantido.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/11/2023/p1>

O Brasil e seu monstrengo tributário no consumo (Artigo)

Cristiane A. J. Schmidt, Priscilla Santana, Luis Claudio Gomes e Sergio Gobetti

Alguns colegas economistas - muito poucos, diga-se de passagem - têm criticado a **reforma tributária** do consumo, a PEC 45. Dizemos poucos porque ontem um abrangente manifesto foi assinado por mais de 70 juristas, empresários e economistas, a maioria com proeminentes contribuições no Brasil na área de gestão pública. Entre os respeitados economistas que vêm se colocando de forma contrária à PEC 45 está nosso colega e ex-secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo Felipe Salto.

Nossa admiração por seu trabalho segue intacta, mas pedimos vênia para discordar de quando ele diz que a reforma é um "monstrengo tributário", apontando que, em vez de fazer uma reforma ampla, o melhor caminho seria efetivar melhorias incrementais ao sistema atual. É uma possibilidade, mas esta teria um resultado pior, mesmo considerando o texto atual da PEC 45, que não é o ideal do ponto de vista acadêmico.

É fato - Salto tem razão - que a PEC 45 se afastou do modelo tecnicamente desejável proposto por Baleia Rossi em 2019, uma vez que uma gama não desejada de tratamentos específicos, diferenciados e favorecidos foi contemplada na redação que será votada no Senado. Como é sabido, porém, muitos dos 174 países que adotam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) há décadas têm algumas alíquotas reduzidas para certos setores ou bens/serviços, em vez de uma alíquota única, tese defendida por inúmeros estudos técnicos.

Ainda que não seja o modelo ótimo, entretanto, foi o modelo politicamente possível de ser aprovado. Este fato não torna aqueles modelos de IVA um "monstrengo", nem será o caso brasileiro, se a PEC 45 for aprovada da forma como está no Senado.

A Europa e a grande maioria dos países do mundo avançaram quando implementaram um autêntico IVA de base ampla, plenamente não cumulativo e com incidência no destino, fundamental para corrigir distorções econômicas e federativas.

Essa espinha dorsal segue intacta no texto da PEC 45 desde 2019 e, justamente por isso, vale a pena

aprovar a reforma, mesmo com os seus demais possíveis defeitos.

O modelo brasileiro atual é o verdadeiro "monstrengo tributário", por sua ineficiência, burocracia, judicialização e pela manutenção da guerra fiscal, que não traz competitividade para as empresas e deixa os cofres estaduais sem recursos para governadores investirem no que realmente precisam. É esse "monstrengo" que afeta negativamente a produtividade e o crescimento econômico, além da desigualdade entre os entes federativos.

Salto também está correto em criticar a atual guerra fiscal e a validade dos benefícios fiscais até 2032, mas esse direito foi dado pela Lei Complementar 160 e não se pode retroagir. As empresas judicializariam, claro.

Não há como ignorar a realidade, o que não invalida os resultados positivos de médio e longo prazos da PEC 45.

O fato é que não há nenhum modelo de tributação de consumo pior que o brasileiro, no qual bens e serviços se misturam (Apple ou as empresas de telecom vendem bens ou serviços?), no qual as leis estaduais se confundem e no qual os tesouros estaduais não devolvem os créditos devidos às empresas.

Se houver a substituição dos velhos e antiquados **tributos** (ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins) por um modelo de IVA dual, será uma expressiva vitória.

O novo sistema tributário indiscutivelmente será melhor.

A simplificação advinda da PEC 45 vai além da redução do número de **impostos**. Envolve a redução de normas e de fontes de contencioso judicial e administrativo, em decorrência da fragmentação da base tributária, das diferentes interpretações para definir o que gera ou não gera crédito e dos múltiplos regimes diferenciados existentes, muito mais numerosos do que os previstos no relatório do senador Eduardo Braga.

A proposta de mudanças incrementais na legislação do ICMS e do ISS, como propõe Salto, não é nova, nunca deu certo e ainda inviabilizaria o Brasil de implementar o que o mundo adota: o IVA da PEC 45.

Tal opção tenderia a ampliar a fonte crescente de contencioso, que se alimenta da zona cinzenta hoje existente entre o ICMS e o ISS. Além disso, perpetuaria um modelo que prejudica, por meio da cumulatividade, os setores de ponta da economia brasileira e penaliza os mais pobres, por tributar mais pesadamente as mercadorias do que os serviços.

A crítica acerca da gestão compartilhada do novo imposto é outro ponto importante.

Acredita-se, pois, que esta mudará para uma cultura distinta: de um federalismo competitivo para um federalismo cooperativo, muito mais sadio para que os Estados se juntem ao lado dos municípios e da União. Difícil de acreditar, em razão do histórico, mas será possível agora.

Em suma, a PEC 45, ainda que imperfeita, é infinitas vezes melhor que o atual "monstro tributário". O Brasil é um pária nesta matéria e isso precisa mudar. Uma postergação de sua votação, assim, em nada adiantaria para aperfeiçoar seu texto, dado que o debate vem ocorrendo desde 2019, e, pior, tenderia a ampliar as chances de deformação por pressão dos grupos de interesse, o que enfraquecerá os possíveis impactos positivos da reforma sobre o crescimento da economia e sobre a justiça federativa.

Na confiança de que o texto regressará para a Câmara no dia 9 de novembro de 2023.

Ainda que imperfeita, a PEC 45 é infinitas vezes melhor do que o atual modelo brasileiro de tributação de consumo

Cristiane A. J. Schmidt , Priscilla Santana, Luis Claudio Gomes e Sergio Gobetti - SÃO, RESPECTIVAMENTE, MESTRE E DOUTORA EM ECONOMIA (EPGE/FGV), VISITING SCHOLAR EM COLUMBIA, EX-SECRETÁRIA AJUNTA DA SEAE/MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF), EX-CONSELHEIRA DO CADE E EX-SECRETÁRIA DA ECONOMIA DE GOIÁS; ECONOMISTA, ADVOGADA TRIBUTARISTA, EX-SUBSECRETÁRIA DA SEAE/MF, EX-SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DA STN/MF E ATUAL SECRETÁRIA DE FAZENDA DO RS; ENGENHEIRO, AUDITOR DE FINANÇAS DO TESOURO NACIONAL, EX-SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DO RJ E ATUAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE FAZENDA DE MG; E MESTRE E DOUTOR EM ECONOMIA, PESQUISADOR IPEA E EX-SECRETÁRIO ADJUNTO DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA DO MF

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mais pressões na reta final da votação

ADRIANA FERNANDES BIANCA LIMA BRASÍLIA

Na reta final para a votação do projeto de **reforma tributária** no Senado, as pressões se intensificaram por mudanças de última hora no parecer do relator, Eduardo Braga (MDBAM).

O senador segue recebendo sugestões de emendas, além das 741 já protocoladas. O início do processo de votação está previsto para hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e a expectativa é de que a sessão no plenário da Casa aconteça até quinta-feira.

Como ocorreu na primeira votação da Câmara, no início de julho, a pressão mais visível parte dos Estados, que temem perder arrecadação para o governo federal. Também não há consenso em relação à trava proposta pelo relator para impedir aumento da carga tributária.

Nos bastidores, há setores e atividades que buscam apoio para influenciar o relator ou conseguir uma alteração em plenário. Entre eles, estão os de mineração e petróleo, insatisfeitos com a nova cobrança do Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado" (que vai incidir sobre a extração desses dois recursos não renováveis).

O setor supermercadista também tem críticas ao modelo de duas cestas básicas: uma mais restritiva, com taxa zero, e outra ampliada, com alíquota reduzida e cashback (devolução de **impostos** à baixa renda).

O segmento avalia que a desoneração seria mais efetiva do que o cashback e defende alterações no texto ou garantias em relação à lei complementar.

REUNIÃO. Na noite de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com Braga, ministros e lideranças do Senado para garantir um ambiente favorável ao texto. No encontro, realizado no Palácio do Planalto, estiveram presentes os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), além de dez senadores.

À saída do encontro, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que, para garantir os votos necessários para aprovação do texto, entre sete e nove emendas serão acatadas por Braga, e que há um acordo para a votação de vetos presidenciais de

interesse da bancada do agronegócio na quinta-feira. Entre esses vetos, está o do marco temporal para demarcação de terras indígenas.

Pela manhã, durante evento promovido pelo banco BTG Pactual, Haddad voltou a dizer que a reforma pode destravar o crescimento do País e deu uma nota para o relatório de Braga. "A **reforma tributária** em tramitação pelo Senado, na lente do ideal, seria nota 7 ou 7,5, mas o sistema atual seria nota 1 ou 2", disse ele. "À luz da situação atual, a matéria nos levará para uma situação muito elevada."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Setores querem mudar alíquota, enquanto Estados miram fundo

ADRIANA FERNANDES BIANCA LIMA BRASÍLIA

De Estados que querem mudar a partilha de recursos do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - cujo objetivo declarado é de reduzir as desigualdades regionais - a setores econômicos que ainda buscam tratamento diferenciado na **reforma tributária**, as pressões se intensificaram nesta reta final de votação no Senado. Veja algumas questões em debate:

ESTADOS QUEREM MUDAR PARTILHA DE FUNDO. Os Estados ainda brigam por mudanças na forma de divisão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), previsto na reforma e que será bancado pelo governo federal.

O relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), fez uma divisão com um mix de duas regras: 70% do dinheiro será distribuído com base no modelo de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que beneficia o Norte e Nordeste, e 30% com base no tamanho da população, que atende ao Sudeste. Governadores do Centro-Oeste, por exemplo, criticam essa fórmula.

Os Estados do Sul também estão insatisfeitos e defendem que o critério de divisão mude para 50% do FPE e 50% por critérios populacionais.

A partilha mexe mais com corações e mentes dos Estados do que o valor do fundo em si, que foi incrementado pelo relator em R\$ 20 bilhões, para R\$ 60 bilhões por ano. Não está adormecido, porém, o movimento para aumentar o valor para um patamar entre R\$ 70 bilhões e R\$ 75 bilhões.

Os Estados também afirmam que o artigo 149-B da proposta, ao definir que o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, de competência de Estados e municípios) será um simples "espelho" da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, do governo federal), fere a autonomia dos entes regionais e causa uma indevida concentração das decisões sobre a tributação do consumo, de competência subnacional, nas mãos do governo federal.

PETRÓLEO E MINÉRIO E O "IMPOSTO DO PECADO". Setores ligados à mineração e à exploração de petróleo se uniram para articular mudanças na reforma. O principal ponto de

descontentamento, que une as duas cadeias, é a cobrança de até 1% sobre a extração desses recursos não renováveis.

A nova taxa foi criada por Braga no âmbito do Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", que incidirá sobre atividades prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

O texto estabelece que a cobrança será sobre o valor de mercado do produto e ocorrerá "independentemente da destinação", ou seja, poderá alcançar vendas internas e externas.

Para os segmentos afetados, se trata de um contrassenso, já que a reforma tem o objetivo maior de desonerar as exportações. O Estadão apurou que as empresas veem poucas chances de ajustes no relatório final de Braga e trabalham com os senadores para garantir que as mudanças sejam realizadas via emendas.

A POLÊMICA SOBRE A CESTA BÁSICA. De olho nas leis complementares que vão regulamentar a reforma, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) já se movimenta para garantir a inclusão de itens que considera essenciais na cesta básica isenta. A lista inclui 25 produtos, como carne bovina, peixe, arroz, feijão, frutas, leite, iogurte e pão francês.

A entidade também vem reforçando com parlamentares o entendimento de que o cashback é ineficiente como medida distributiva, quando aplicado ao setor alimentício.

Na avaliação do segmento, seria mais interessante ampliar o desconto da cesta estendida (atualmente em 60% da alíquota-padrão do IVA) e retirar a previsão do cashback.

Se isso não for viável durante a tramitação no Senado, o objetivo é costurar um acordo mirando a lei complementar, para que o dispositivo não ganhe ainda mais espaço durante a regulamentação.

ENERGIA BUSCA TRATAMENTO DIFERENCIADO. Um movimento recente surgiu também das empresas de energia elétrica.

O setor quer ficar com o saneamento na lista de

beneficiados com tratamento tributário específico. As distribuidoras de energia elétrica pedem ainda que se mantenha o modelo atual de não cobrança do imposto da população de baixa renda, em vez de cashback. Caso a devolução seja mantida, as empresas exigem ajustes no texto, que consideram confuso.

TELECOM E BANCOS TAMBÉM PRESSIONAM. As empresas de telecomunicações também insistem em ficar na lista com alíquota reduzida, enquanto os bancos fazem pressão para que volte o texto da Câmara - que previa uma trava garantindo que a tributação das receitas com as operações de crédito não poderia aumentar após a implementação da proposta.

CIDE COMBUSTÍVEL. Os municípios querem que a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis seja exclusiva para financiar o transporte coletivo urbano. Hoje, a Cide está zerada. O texto de Braga destina uma parte da contribuição para o pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiros, mas não especifica qual fatia ou como isso será feito.

Relator avalia ajuste para evitar "caroneiros" na divisão de imposto

O relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), avalia uma mudança na regra que estabelece a divisão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será de competência de Estados e municípios. O objetivo é criar estímulos para os gestores locais melhorarem a eficiência da arrecadação e evitar os chamados "caroneiros" - governadores e prefeitos que "pegam carona" no aumento de receita dos vizinhos, sem esforço para ampliar a própria base de tributação.

Isso porque, durante as primeiras décadas da transição, a maior parte da receita que cada Estado e prefeitura vai receber será proporcional à média da arrecadação entre 2024 e 2028 de cada ente. Assim, há o temor de que, após um incentivo inicial, os gestores "relaxem" porque não haveria mais estímulos para ampliar a receita - uma vez que a fatia de cada um já estará estipulada.

A proposta que está sendo negociada com o governo é para que a regra seja atualizada anualmente com base na média dos últimos cinco anos. Ou seja, quem tiver maior dinamismo na arrecadação garantirá uma fatia maior no bolo arrecadatório.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Não dá para criar exceção a torto e a direito na reforma"

CARLOS EDUARDO VALIM

ENTREVISTA: Luis Henrique Guimarães, Antes da Cosan, onde é CEO desde 2020, ocupou o mesmo cargo na Comgas e na Raízen; também é membro do conselho da Vale

As grandes empresas brasileiras, como o grupo Cosan - com negócios na área de petróleo, gás, mineração, agronegócio e energia renovável -, têm grandes equipes atuando em seu departamento tributário, por causa da complexidade do sistema de **impostos** brasileiro. A **reforma tributária** em tramitação no Congresso promete simplificar isso, e tem potencial de destravar investimentos, mas precisa evitar cair em algumas armadilhas, como as de estabelecer muitas alíquotas de exceção, alerta o CEO da Cosan e membro do conselho de administração da Vale, Luis Henrique Guimarães. "O mesmo dinheiro que vai para o imposto é o que iria para investimentos", diz o executivo.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual a importância da **reforma tributária**?

O nosso sistema precisa mudar.

Ele é caótico. Traz um custo e uma complexidade gigantesca.

A incerteza é enorme. É só ver os casos de decisões judiciais e cobranças retroativas.

Isso cria uma geração de passivos nos balanços, tanto para a União quanto para as empresas. É uma enormidade o que existe de créditos tributários não aproveitados. A economia opera com um grau de ineficiência pouco falado.

A estrutura de **impostos** no País implica custo operacional alto para as empresas?

O custo de acompanhamento de todas as questões tributárias é muito grande. As regras mudam no meio do caminho. São reinterpretadas muitas vezes no Judiciário. O entendimento às vezes muda dentro da mesma vara de Justiça. Mas não quero criticar os juízes. Não existe um tribunal específico para questões tributárias.

O modelo que a reforma está tomando agrada?

Sabemos que a reforma tem de ser a reforma possível. Mas não adianta fazer alguma coisa que não vá trazer melhorias. A reforma não pode continuar deixando quem é sério e organizado pagar por quem não é. Cada vez tem mais gente não pagando e quem paga vai pagar mais.

Como seria possível ela não melhorar a situação atual?

O grande risco dessa reforma é criar tanta exceção que a alíquota comum ficará tão alta a ponto de desincentivar quem trabalha seriamente. Não dá para ficar criando exceção a torto e a direito.

O risco é que a gente troque cinco **tributos** por três iguais.

Quais são os pontos preocupantes no encaminhamento do projeto no Congresso?

Uma boa parte da reforma vai ser definida em lei complementar.

E aí pode acontecer muita coisa. Deveria ter um esforço grande para simplificar. Isso é um desafio para o pacto federativo.

Os Estados não devem poder criar **impostos** específicos para alguns produtos. O princípio da **reforma tributária** está em ser uma coisa nacional. Se você abre a porteira, a espinha dorsal da reforma estará sendo quebrada. Também será preciso definir os créditos do PIS/Cofins e como ficam os do ICMS. Temos hoje R\$ 800 bilhões de créditos só de **impostos** federais nas empresas no Brasil. Se contarmos os estaduais, passam de R\$ 1 trilhão.

O Imposto Seletivo pode afetar os combustíveis fósseis?

O Imposto Seletivo tem uma definição ampla. Ele é explicado como aquele que vai incidir sobre a produção, comercialização ou importação de bens, ou serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente nos termos da lei. Como isso vai ser definido?

Como ele se confunde no mercado de carbono? O mercado de carbono já traz o preço implícito do carbono para quem afeta o meio ambiente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Consumidor com tarifa social deve ter tributação diferenciada

APRESENTADO POR ABRADDEE

A **Reforma Tributária** entrará em fase decisiva de votação no Congresso Nacional e será uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico e social no país. O setor elétrico e os consumidores de energia lutam por uma redução tributária para o consumidor de baixa renda, beneficiário da tarifa social de energia elétrica. O objetivo é evitar que esse consumidor tenha dificuldade para acessar serviços básicos.

Especialistas do setor debateram o tema com parlamentares na live "Os impactos da **Reforma Tributária** na conta de luz", realizada pela Editora Globo com patrocínio da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O debate on-line reuniu o diretor Institucional e Jurídico da Abradee, Wagner Ferreira; a presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia (Conacen), Rosimeire Costa; e os senadores Eduardo Gomes e Efraim Filho. O encontro foi mediado pelo jornalista Milton Jung, âncora do "Jornal da CBN".

O setor de energia elétrica defende um regime específico para o segmento, a ser aprovado em lei complementar, como proposto em emenda apresentada pelo senador Eduardo Gomes.

O regime específico levaria em conta a complexidade de toda a cadeia da eletricidade: geração, transmissão e distribuição, inclusive com tratamento tributário específico para investimentos em transição energética e novas tecnologias.

Wagner Ferreira chama atenção para o fato de que o conceito de baixa renda decorre de lei, e os beneficiários da tarifa social, portanto, podem facilmente ser focalizados pelas distribuidoras. Sendo ele um consumidor devidamente identificado, focalizado, não faz sentido criar obstáculo para fazer ele ter um tratamento compatível com sua realidade.

- O consumidor de baixa renda tem uma política pública olhada para ele, com 20 anos de existência.

São 17 milhões de lares, 70 milhões de pessoas que dependem dessa política - lembrou o diretor da Abradee.

Rosimeire Costa citou a inclusão, no parecer do relator da reforma no Senado, Eduardo Braga, do sistema de cashback para energia elétrica, em que os consumidores de baixa renda receberiam de volta parte do tributo pago a mais se for mantida a unificação da alíquota. Os debatedores concordaram que esse sistema pode aumentar a inadimplência e tirar poder de compra dos consumidores de baixa renda.

Outro ponto fundamental, mencionado por Efraim Filho, coordenador do grupo de trabalho sobre a **Reforma Tributária** na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, é garantir que o Brasil esteja alinhado com o mercado energético global.

Efraim Filho, senador

" A **Reforma Tributária** deve ser feita para facilitar a vida de quem produz, do empreendedor, do cidadão contribuinte. A reforma não pode ser pensada para resolver a vida dos governos, para subir arrecadação e aumentar **impostos**. Por isso a energia elétrica, um elemento com característica transversal junto a todos os setores da economia, é estratégica e deve ser preservada de aumentos de alíquotas com fins meramente arrecadatórios. Essas mudanças que a gente pretende consolidar no texto a ser votado no Senado vão dar capacidade de resposta às mudanças do mercado energético global, com o qual o Brasil precisa estar alinhado"

Eduardo Gomes, senador

" O momento requer extremo cuidado. Existe um ambiente no Senado Federal para que a gente entenda melhor essa questão da manutenção da tarifa como ela é. Temos que ter compreensão do que está acontecendo com o subsídio cruzado, com uma série de benefícios dados ao setor, servindo àqueles que têm mais recursos, e essa movimentação acaba prejudicando diretamente as regiões mais pobres do país, as regiões que precisam e que têm o fornecimento de energia elétrica como um bem necessário e essencial. Por isso essa emenda nossa prima pela essencialidade, pela manutenção da tarifa social compulsória, observando o caráter social das regiões e das pessoas"

Wagner Ferreira, diretor Institucional e Jurídico da

Abradee

"Esta **Reforma Tributária** talvez seja o grande vetor de transformação social do Brasil nos próximos anos. Energia elétrica é a base para qualquer desenvolvimento quando a gente pensa em economia e quando a gente pensa em melhoria de indicadores sociais. O consumidor de baixa renda tem uma política pública olhada para ele, que já tem 20 anos de existência. Este momento de **Reforma Tributária** também tem que servir como um momento de muita reflexão para que não se perca aquilo que vem funcionando e que faz diferença na vida das pessoas. Esse é um dos propósitos da **Reforma Tributária**: fazer com que o país reduza a desigualdade"

Rosimeire Costa, presidente do Conacen

"A tarifa social é um benefício auditado pelo Tribunal de Contas da União, fiscalizado pela Aneel e, na ponta, a gente tem o município. Então, para nós, mexer no sistema neste momento não é favorável. Nós podemos praticar a política do bem. Todo esse valor do cashback que pode ser imputado, que gira em torno de R\$ 30 ou R\$ 35, eu vou pagar para depois receber de volta? Não, vamos manter o serviço (tarifa social), e esses R\$ 35 eu vou gastar no meu município comprando um bem da cesta básica, pagando transporte. Cada um vai contribuir com um pouco, e a gente vai dar um bem-estar melhor para a nossa sociedade. É isso que a gente espera com a **Reforma Tributária**"

O IMPACTO DA **REFORMA TRIBUTÁRIA** NA ENERGIA ELÉTRICA

BENEFÍCIOS À BAIXA RENDA

- Para o setor elétrico, é fundamental a manutenção da essencialidade da atividade, que garante a manutenção dos benefícios ao consumidor de baixa renda, com a tarifa social de eletricidade
- O texto aprovado na Câmara retirou a essencialidade, e os senadores têm a oportunidade de trazer de volta essa condição

TARIFA SOCIAL

- 17 milhões de lares, onde vivem 70 milhões de pessoas, são beneficiados pela tarifa social, com redução da alíquota de eletricidade ou isenção do imposto
- A tarifa social funciona há 20 anos: é um benefício consolidado, auditado pelo TCU e fiscalizado pela Aneel e, na ponta, pelos municípios

RISCO DE INADIMPLÊNCIA

- Sem a essencialidade, no caso de um consumidor que paga tarifa social de R\$ 100, por exemplo, a conta de luz subiria para um valor entre R\$ 125 e R\$ 135
- O setor elétrico e o conselho de consumidores argumentam que esse valor a mais reduz o poder de compra do consumidor e pode aumentar a inadimplência

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Consumidor com tarifa social deve ter tributação diferenciada

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O ponto central sobre o déficit - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A questão do déficit de 2024 não está ainda resolvida mas, sobretudo, não está entendida.

Mais do que um número, entre zero e meio, o que se discute é que força terá o ministro da Fazenda para conduzir seu projeto.

Como resultado de todo esse ruído, a mediana do mercado para o resultado primário no Boletim Focus saiu de 0,78% de déficit para 0,80%. A previsão de inflação em 2024 saiu de 3,90%, para 3,91%. Nove fora, nada. Mudança insignificante. Engana-se quem conclui que as consequências serão só essas.

Mais do que a mudança, a maneira desastrada como tem sido executada tem poder destrutivo. Olhando o panorama inteiro, o que se vê é que o ministro Fernando Haddad começou o governo sob enormes dúvidas de como exerceria o cargo. Desde o início, no entanto, ele mostrou saber para onde ir.

Reduzir o déficit, aprovar um arcabouço fiscal para substituir o Teto de Gastos que fora desmoralizado pelo governo anterior, fazer andar a reforma tributária, combater a erosão da base tributária através de um trabalhoso exercício de fechar os buracos da evasão e da elisão fiscal. Esse é o programa e ele tem executado com persistência.

Nada é fácil na vida de um ministro da Fazenda que queira colocar ordem na casa. Recentemente criou-se uma celeuma, com muitas críticas de economistas de mercado, porque ele anunciou que estava decidido a pagar antecipadamente a dívida de precatórios que o governo Bolsonaro caloteou e jogou, como bomba de efeito retardado, para 2026. A proposta vinha com a ideia de contabilizar como despesas financeiras os juros que incidem sobre o pagamento das dívidas judiciais, isso foi tratado como um absurdo. Curioso é que alguns economistas que não se escandalizaram com a pedalada dos precatórios dada no governo Bolsonaro, acusaram essa proposta de ser um truque fiscal.

Quando não está sob esse tipo de crítica idiossincrática do mercado, o ministro está sob fogo amigo como agora.

Normalmente quando quer por ordem às contas, um ministro da Fazenda enfrenta esses momentos de fogo cerrado. No PT, isso é muito comum e é o que está acontecendo agora. Há uma vertente do partido convencida até hoje que estabilidade nas contas públicas é algo contra o desenvolvimento social. Como se não fossem muitas as lições da história, inclusive recentes, em que a desordem fiscal provocou inflação, recessão, empobrecimento e aumento do desemprego.

O dia de ontem foi de novo cheio de demonstrações da ambiguidade do governo. O ministro Fernando Haddad lembrou que buscar o melhor resultado fiscal não vem da cabeça do ministro ou da vontade do presidente. E voltou a se queixar, com razão, de decisões pretéritas que estão agora tendo impacto nas contas públicas.

Poderiam ter sido corrigidas anteriormente.

Mas não foram.

O vice-presidente Geraldo Alckmin avisou que o governo "tem compromisso com a meta fiscal". Disse que pode demorar, mas o esforço será nessa direção. Informou também que o debate continua entre 0% e 0,5%.

O mais importante é esse compromisso de chegar ao equilíbrio no período do governo, tendo começado o mandato com 2,3% de déficit projetado para 2023. O debate não é sobre o número deste ano, nem do próximo. É sobre que autonomia terá o ministro da Fazenda para escolher um caminho na administração das contas públicas.

É evidente que tudo se constrói com debate interno no governo, mas não é o mesmo que a fritura de um ministro porque isto tem consequências desorganizadoras na economia.

Quem vencer o ministro Fernando Haddad dentro do governo terá uma vitória de Pirro. Porque se ele parecer fraco, aumentarão as pressões por mais gastos, será mais caro aprovar projetos no Congresso, será mais difícil vencer os lobbies setoriais que sempre se organizam muito bem.

O governo precisa iniciar um projeto de redução de

danos, e encontrar uma forma correta de discutir as possibilidades fiscais do próximo ano. O ministro, por sua vez, que venceu outras batalhas internas, precisa entender que a imprensa tem sido o canal pelo qual ele tem **comunicado** o seu projeto desde o começo, e que perguntas insistentes são parte do exercício normal da profissão.

Mais serenidade no debate e mais visão estratégica farão bem ao governo.

Uma possível mudança da meta fiscal está sendo tratada de forma desastrada e tem poder destrutivo contra o próprio governo

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
O ponto central sobre o déficit
O GLOBO ONLINE - RJ
O ponto central sobre o déficit

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tributária vai prever prêmio a quem arrecadar mais

ALICE CRAVO, BIANCA GOMES, SÉRGIO ROXO,
CAMILA TURTELLI, VICTORIA ABEL E JOÃO SORIMA
NETO

Em um dia marcado por iniciativas para destravar a tramitação da **Reforma Tributária**, o presidente Lula se reuniu com líderes de partidos da base no Senado, na véspera da votação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Em outra frente para vencer resistências, o relator deve incluir em seu parecer mecanismo para premiar estados e municípios que aumentarem as receitas ao longo do período de transição para o novo sistema tributário.

A intenção é evitar o chamado "efeito carona", que permitiria aos governos estaduais e municipais manterem patamar de receitas semelhante ao atual, independentemente de esforço para fiscalizar o cumprimento da nova legislação ou do seu desempenho econômico.

A mudança será feita na transição da troca da cobrança do imposto na origem (onde bens e serviços são produzidos) para o destino (onde ocorre o consumo), que vai durar 50 anos.

Quem conseguir se manter com arrecadação em expansão terá direito a uma fatia maior do bolo de receitas, dentro da divisão do imposto unificado, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), conforme a proposta.

Participaram da reunião ontem com Lula, líderes, o relator da **Reforma Tributária**, Eduardo Braga (MDBAM), os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

WAGNER DIZ TER VOTOS O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que não haverá novas exceções na Reforma e que Lula usou a reunião para pedir votos: - Não há (exceções novas).

Lula foi pedir o voto pela **Reforma Tributária**, pedir aos líderes que trabalhem, e se colocou à disposição.

Todas as demandas foram as concentradas sobre **Reforma Tributária**.

O parecer da **Reforma Tributária** no Senado será

votado na CCJ hoje. O relator vai negociar até a última hora alterações no texto antes da análise do colegiado. Parte dos senadores e o governo apelam a Braga para diminuir as exceções à cobrança de alíquota padrão. O Ministério da Fazenda estima que o número elevado de regimes especiais pode levar à necessidade de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de até 27,5%.

Em evento em São Paulo na manhã de ontem, Haddad disse que a mudança no sistema de **tributos** brasileiro terá impacto sobre a produtividade como se nunca viu no Brasil.

-Nosso sistema tributário é ingovernável e caótico.

A **Reforma Tributária** que está sendo votada não é a ideal, mas tem nota entre 7 e 7,5 - afirmou.

As negociações em torno da **Reforma Tributária** mobilizaram as lideranças do Senado ontem. Antes do encontro com Lula, os líderes do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), se reuniram com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-PA).

Braga e Padilha também participaram.

Pacheco disse que pretende pautar a votação da **Reforma Tributária** amanhã no plenário, podendo estender as discussões para quinta, se necessário.

"MAIS NEGOCIADO POSSÍVEL" Em participação virtual em um evento do mercado financeiro, Pacheco afirmou que é importante que o texto, que tem mais de 700 emendas propostas, chegue à CCJ hoje o "mais negociado possível": -Apreciado na CCJ e pronto na CCJ, encaminharemos ao plenário. A pauta prevista para o plenário é na próxima quarta-feira (amanhã), sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira caso seja necessário prolongar a apreciação da **Reforma Tributária**.

Sobre a alíquota padrão estimada em até 27,5%, Pacheco ressaltou que há, no texto do relator, a previsão de uma limitação da arrecadação através de uma fórmula que atrela a incidência do imposto ao crescimento do Brasil, do Produto Interno Bruto (**PIB**):

-Há uma preocupação do Senado Federal de se ter uma limitação de crescimento da alíquota. Se a alíquota será 27%, 28%, 27,5%, 26%, isso é uma definição que será feita na sequência, através dos desdobramentos próprios das leis complementares que a emenda constitucional exige.

O relator Eduardo Braga passou o dia de ontem em reuniões, uma delas com o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB). Ele também conversou com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **Reforma Tributária** na Câmara, para onde a proposta voltará.

Entre as alterações de maior destaque, descritas no último relatório de Braga, estão a criação de uma alíquota reduzida em 30% do imposto padrão para profissionais liberais, como médicos, advogados e engenheiros.

O senador também instituiu um novo tipo de alíquota para a cesta básica.

Além da alíquota zerada, sugerida pela Câmara dos Deputados, haverá uma alíquota reduzida em 60% para produtos da chamada "cesta estendida". A lista detalhada será determinada em lei complementar.

"Há uma preocupação do Senado Federal de se ter uma limitação de crescimento da alíquota"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

"A **Reforma Tributária** que está sendo votada não é a ideal, mas tem nota entre 7 e 7,5"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacto e vínculos agravam quadro fiscal - LUIZ SCHYMURA

LUIZ SCHYMURA

O governo vem tentando administrar as contas públicas a contento. Se por um lado procura construir caminhos para assegurar a sustentabilidade fiscal, por outro, trabalha para atender as enormes demandas da sociedade. Sem dúvida não é um equilíbrio fácil de ser alcançado.

No intuito de satisfazer essa intrincada equação, o governo se comprometeu a zerar o déficit já em 2024, obviamente, imaginando que conseguiria dispor do montante necessário para cumprir seu programa.

Frente a esse quadro, o equilíbrio fiscal passou a depender eminentemente da elevação da receita. Não à toa, a arrecadação bruta da União em 2024 precisa de um reforço da ordem de R\$ 170 bilhões. No entanto, por mais que o governo venha trabalhando junto à classe política e aos grupos de interesse organizados, a economia política não dá sinais de que viabilizará, em tempo hábil, a aprovação, no Congresso, das medidas necessárias para obtenção dos R\$ 170 bilhões.

Diante dessa dificuldade, o presidente Lula sinalizou a intenção de redefinir a meta para 2024. Fala-se em déficit de 0,5% do **PIB** (cerca de R\$ 50 bilhões). Na verdade, esse foi o último lance no tabuleiro do xadrez fiscal.

Seja como for, nessa busca arrecadatória incessante, dois aspectos do modelo institucional brasileiro merecem atenção.

Primeiramente, a União se vê obrigada a arrecadar substancialmente mais que precisa para fechar suas próprias contas, uma vez que a receita total arrecadada deve ser particionada com Estados e municípios. Em função disso, para conseguir se apropriar dos R\$ 125 bilhões necessários ao cumprimento da meta de primário, o governo federal se viu obrigado a mirar uma arrecadação extra de algo próximo a R\$ 170 bilhões. Como argumenta meu colega Manoel Pires, a diferença de quase R\$ 45 bilhões passa a engrossar as receitas disponíveis dos governos regionais sem que tenham feito muito esforço. Essa soma não deveria ser ignorada nas discussões sobre a compensação das perdas de receitas de ICMS geradas por decisões tomadas pelo

governo federal em 2022, muito menos em termos do tamanho do Fundo de Desenvolvimento Regional da reforma tributária.

Em segundo lugar, existe uma particularidade em algumas das despesas públicas que torna ainda mais incerto o cumprimento da meta: a vinculação legal (em muitos casos constitucional) das despesas às receitas. Saúde, educação e emendas parlamentares são exemplos disso. É de fácil compreensão intuitiva que um ajuste fiscal apoiado no aumento de receita fica ainda mais difícil de ser atingido quando o crescimento da receita se traduz, automaticamente, em mais despesas. E esse é, de fato, um dos problemas que a política fiscal brasileira enfrenta hoje.

Em uma análise bastante preliminar, Pires estima que algo entre 20 e 25% da alta de **impostos** fique comprometido com as rubricas do Orçamento que vinculam despesa à receita, penalizando, desta feita, o resultado primário do governo.

O problema das vinculações da despesa à receita aparece marcadamente no setor de saúde, como aponta meu colega Bráulio Borges. Na verdade, o vínculo retornará somente em 2024, por conta de a definição do dispêndio mínimo com saúde passar a ser novamente 15% da Receita Corrente Líquida (RCL). Até o presente ano, com a Emenda Constitucional do teto de gastos ainda vigendo, o gasto mínimo com saúde está sendo corrigido pela inflação aferida pelo IPCA.

Segundo projeção de agosto do Ministério do Planejamento, o mínimo com saúde passará de R\$ 168,1 bilhões em 2023 para R\$ 218,4 bilhões em 2024, um aumento de R\$ 50,3 bilhões (cerca de 30%). Por outro lado, num cenário no qual o teto de gastos continuasse de pé no próximo ano, a despesa mínima com saúde partiria dos R\$ 168,1 bilhões em 2023 e atingiria R\$ 176,5 bilhões em 2024 (aumento de R\$ 8,4 bilhões), tendo em vista variação do IPCA de 5%. A mudança na regra carimba um dispêndio mínimo adicional para a saúde na faixa de R\$ 41,9 bilhões.

Na realidade, são dois os fatores que potencializaram esse aumento do gasto obrigatório em saúde. Uma primeira ampliação decorre da própria mudança da fórmula de cálculo. Ao apurar a despesa obrigatória com saúde em 2023, é possível constatar que totaliza

o equivalente a algo na faixa de 13,2% da RCL, menor do que os obrigatórios 15% a vigerem a partir de 2024. A segunda expansão ocorre em virtude da projeção de forte aumento na carga tributária para o próximo ano. É importante ressaltar que, como lembra Borges, o gasto em saúde sempre foi muito próximo ao mínimo constitucional obrigatório, e, portanto, a regra em vigor faz muita diferença.

Tanto a institucionalidade do atual pacto federativo quanto a vinculação de algumas despesas às receitas impedem o governo de se apropriar de todo o montante relativo a um aumento de arrecadação. Grosso modo, todo aumento de receita pública embute um "pedágio" ao governo federal. Em um cenário como o de hoje, no qual a arrecadação pública está operando como a variável de folga para o ajuste das contas públicas, os "pedágios" acabam encurtando o espaço de manobra do governo de plantão.

Assim, precisam ser repensados, debatidos e negociados.

Obviamente, a solução não é simplesmente eliminá-los, mas uma revisão cuidadosa é evidentemente necessária.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187707>

Haddad repete Guedes e diz que "meteoros" limitam receita este ano

Estevão Taiar De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que dois "meteoros" têm impacto tanto sobre "o marco fiscal recém- aprovado" quanto sobre "a meta fiscal" e devem impedir que a arrecadação federal cresça mais de 1% neste ano. Os "meteoros" são as regras de tributação sobre subvenções estaduais e a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Ambas as questões foram levadas ao conhecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Esses dados foram levados ao presidente da República, que tentou inclusive minimizar o impacto, embora o impacto seja importante", disse Haddad nesta segunda-feira, 6, no evento Macro Day, do BTG Pactual, em São Paulo. "É uma situação de curto prazo que inspira cuidados tópicos, mas que inspira cuidados pela escala." A expressão "meteoro" já havia sido usada pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, em julho de 2021 para se referir à conta de R\$ 89 bilhões em precatórios com vencimento em 2022. Na ocasião, o governo acabou mudando a regra com a chamada PEC dos Precatórios e rolou parte do pagamento dessas dívidas para até 2027.

O arcabouço fiscal apresentado pelo governo federal no primeiro semestre e aprovado pelo Congresso estabelece meta de resultado primário zerado para o ano que vem, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo. Mas, no fim de outubro, durante café da manhã com jornalistas, Lula afirmou que a meta de 2024 "não precisa ser zero" e que um déficit primário de 0,25 ponto percentual ou 0,5 ponto percentual do **PIB** não é "nada".

No evento, Haddad não foi perguntado ou comentou sobre possíveis mudanças na meta de resultado primário do governo federal para 2024.

Sobre as subvenções, o ministro afirmou que a "erosão fiscal" decorrente das regras atuais "deve chegar a mais de R\$ 65 bilhões neste ano". Também disse que vem "tentando sensibilizar Câmara e Senado que é importante visitar [esse assunto]", por meio da Medida Provisória (MP) 1.185.

A respeito de ICMS e PIS/Cofins, o ministro afirmou que a exclusão, decidida pelo Supremo Tribunal

Federal (STF) em 2017, criou um "estoque de dívida" para a União que só foi plenamente percebido pelo Ministério da Fazenda em julho deste ano. Isso tem obrigado o governo federal a abater essa dívida por meio de compensações tributárias, o que vem piorando o fluxo das contas públicas. De acordo com o ministro, o Ministério da Fazenda percebeu em julho que estavam "faltando R\$ 50 bilhões na nossa conta" de arrecadação - montante que traria o déficit primário para menos de 1% do **PIB** neste ano. Com a situação atual, segundo Haddad, o "**PIB** vai crescer 3%, e receita não vai crescer talvez nem 1%" em 2023".

Na avaliação do ministro, "talvez o melhor teria sido consolidar" os débitos decorrentes da exclusão "como dívida do governo central", da maneira como é feito com os precatórios.

Sobre os precatórios, Haddad afirmou que a Emenda Constitucional (EC) que foi aprovada em 2021 e que trata do tema tende a ser declarada inconstitucional.

"A Emenda Constitucional que protelou os pagamentos provavelmente vão ser considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal", disse. "Vamos ter que pagar neste ano [os precatórios]." Na avaliação do ministro, "todo mundo entende [o pagamento], porque não é um déficit primário clássico que está sendo construído por este governo". Por fim, Haddad classificou a **reforma tributária**, conforme aprovada até este momento, como "nota 7, nota 7,5".

"Mas estamos saindo de 2", disse.

Citando o Banco Mundial, afirmou que "só tem seis sistemas tributários piores do que o nosso" e que as mudanças terão "impacto sobre produtividade muito maior do que estão imaginando".

Ele também destacou pontos positivos do parecer apresentado pelo relator da reforma, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que estabelece revisões das exceções tributárias nos inícios do mandato principal. Haddad elogiou ainda a desoneração das exportações.

"Daqui a pouco vão se erguer barreiras [globalmente] envolvendo produtos verdes", disse. "O Brasil pode se colocar como exportador de energia limpa ou de produtos verdes."

"Dados foram levados ao presidente, que tentou minimizar o impacto, embora o impacto seja importante" Fernando Haddad

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Haddad repete Guedes e diz que 'meteoros' limitam receita este ano

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187707>

PEC da reforma tributária retira autonomia dos Estados e Municípios

A Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial) e a Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL) manifestam seu apoio ao texto assinado abaixo pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado, em relação à **Reforma Tributária**. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC), já aprovada na Câmara dos Deputados, começará a ser analisada pelo Senado nesta semana.

As Associações, como está claro no artigo de Ronaldo Caiado (publicado nas redes sociais do governador), expressam sua preocupação com os impactos negativos da aprovação do texto a ser votado pelos senadores. Será grande a perda de autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Consideramos essencial que o Senado aperfeiçoe a matéria, conforme o artigo do governador Caiado, a seguir.

É no mínimo estranho o comportamento do Senado Federal, que na ânsia de ser complacente e servil com o poder central e a elite industrial, se propõe a abrir mão de suas prerrogativas como instituição garantidora dos entes federados, e caça a liberdade de estados e municípios.

O texto apresentado pelo Senado sobre a **Reforma Tributária** me faz lembrar Carlos Lacerda. Dizia ele: "os políticos são useiros em apelidar palavras. O "corrupto", o "ladrão" são identificados, a título de exemplo, como pessoas que desviam o dinheiro publico." O Conselho Federativo agora foi apelidado de Comitê Gestor (Art. 156-B), sendo que os desdobramentos e pormenores sobre o que será esse Comitê só serão apresentados aos governadores e prefeitos por uma lei complementar de iniciativa da União.

Em resumo, a cláusula pétrea da Constituição de 1988, que garante autonomia aos Entes Federados no tocante a gerir e legislar sobre suas finanças, foi revogada.

Confira-se a redação dos incisos do artigo 156-B e seu Parágrafo 1º:

Art. 156-B. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto

sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;

II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios;

III - decidir o contencioso administrativo.

§ 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Não vou aqui fazer uma análise dos outros incisos, parágrafos e artigos que tratam do Comitê Gestor. Acredito, inclusive, que os nobres senadores e senadoras deve-riam demandar suas assessorias para que respondam a quem o comitê vai ficar subordinado, uma vez que esta definição não está clara no texto. Ficará a cargo do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Senado? Ninguém sabe.

Numa Federação, cabe falar em delegação? A **Reforma Tributária** está criando estados subordinados a outros? O Comitê só delibera se tiver maioria que represente mais de 50% da população. Os estados como Goiás e outros de menor população serão subnacionais e sub-sudeste?

Na nossa Constituição não há relação de subordinação ou de hierarquia entre entes Federados. Mas agora fica instalada subversão no Federalismo brasileiro. Vergonha, senhoras e senhores senadores. Quem irá definir e cancelar o notório saber de quem amanhã venha a ocupar a presidência do Comitê Gestor, após a aprovação pela maioria absoluta do Senado? Na realidade, quem vai indicá-lo e nomeá-lo será o presidente da República, caracterizando interferência da União em assuntos próprios de estados e municípios.

Voltando à máxima Carlos Lacerda: se é para criar apelido, sugiro "Agência regulatória dos Estados e

Municípios". Pelo menos, vocês, no Senado, estariam sendo honestos conosco, governadores e prefeitos.

Deixando claro que o notório saber do presidente, do Comitê e a sua independência estão vinculados à vontade do Presidente de República de plantão, como é hoje nas agências reguladoras.

A PEC da **Reforma Tributária** investe também sobre as administrações tributárias dos estados, fixando normas sobre deveres, direitos e garantias dos servidores do Fisco estadual e municipal. Será que não seria mais respeitoso retirar o busto de Rui Barbosa do patamar superior do plenário do Senado Federal, e substituí-lo pelo do governante da ocasião?

Em momentos recentes mais graves, quando forças sem legitimidade insurgiram contra o Congresso Nacional, tivemos senadores que mantiveram a altivez e a independência do Senado, que num ato histórico responderam ao governante do dia: "Ao Rei tudo, menos a honra".

Já fiz parte deste seletto grupo que constitui a Casa Alta do Parlamento brasileiro, formada por políticos experientes, experimentados e capazes de propor um texto de **Reforma Tributária** compatível com a nossa realidade. Um país continental com nossas peculiaridades regionais, com tamanhas diferenças, não pode ser tratado com uma receita única prescrita por grandes grupos econômicos que financiaram o autor intelectual da PEC. Quis o destino que Rodrigo Pacheco, senador que preside a casa, o qual tem tomado medidas corajosas que reafirmam as prerrogativas do Senado, esteja vestido de uma excepcionalidade que nenhum outro senador possui. Natural de Rondônia, nascido na capital Porto Velho, porém, criado e eleito senador por Minas Gerais e atual presidente do Senado, irá aceitar um texto que beneficia Minas Gerais e inviabiliza Rondônia? Tenho certeza que não.

Que venha outro texto pelo Senado!

"Ao Rei tudo, menos a Honra" A **Reforma Tributária** concentra poderes na União e caça a liberdade dos estados.

Governador Ronaldo Caiado

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187707>

Braga ajusta parecer da tributária, que pode ser votado na quarta-feira

Julia Lindner, Caetano Tonet, Jéssica Sant'Ana e Renan Truffi De Brasília

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), decidiu fazer ajustes em seu parecer para facilitar a aprovação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, nesta terça-feira (7). As alterações, encaminhadas através de uma complementação de voto, atendem parcialmente a emendas (sugestões) de parlamentares.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que, após análise da CCJ, pretende pautar a votação da proposta no plenário da Casa nesta quarta-feira (8). Todas as mudanças foram discutidas entre Braga, os chefes do Legislativo e representantes da alta cúpula do governo. A articulação envolveu pessoalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que antecipou a reunião no Palácio do Planalto com lideranças do Senado para segunda-feira com o intuito de tentar encaminhar o assunto um dia antes da votação.

Após o encontro, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o governo acordou com o relator "sete ou oito emendas" que serão acatadas.

Ele não detalhou o teor das mudanças no texto, mas disse estar confiante na aprovação.

"Originalmente essa conversa estava marcada para quarta-feira, mas achamos melhor anteciparmos.

Saiu todo mundo bastante motivado", declarou Wagner.

"Não vou dizer quantos votos eu tenho. O que eu vou dizer é que vou aprovar a **reforma tributária**", complementou.

Mais cedo, Pacheco promoveu um almoço com o relator da **reforma tributária**, Wagner, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), além do presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, também participou do encontro.

Na saída, Randolfe defendeu a construção de uma maioria para aprovar a matéria, inclusive com apoio da oposição.

"O governo deles [aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro], no passado, também defendeu a **reforma tributária**. Seria incoerente ele, a essa altura, votarem contra uma **reforma tributária**", defendeu o parlamentar.

Randolfe não descartou um eventual fatiamento da proposta para votar primeiro o que fosse consensual, mas reforçou que essa não é a prioridade e a estratégia seria usada "em última análise".

"A prioridade é a aprovação, na CCJ e depois no plenário, do relatório do senador Eduardo Braga", defendeu.

A articulação envolve medidas para evitar o adiamento da votação.

Aliados de Braga afirmam que ele optou por fazer apenas uma complementação de voto justamente para acelerar a tramitação da proposta. Caso ele apresentasse um novo parecer, seria permitido que alguém solicitasse um novo pedido de vista (mais tempo para análise), o que adiaria a votação.

Ao prever que a reforma seja votada pelo plenário ainda na quarta-feira, Pacheco defendeu que a Casa reserve ainda a quinta-feira para analisar o texto.

"A pauta prevista para o plenário é na próxima quarta-feira (8), sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira (9) caso seja necessário prolongar a apreciação da **reforma tributária**", disse o senador mineiro, em evento do banco BTG Pactual.

Sobre a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), estimada em até 27,5% após alterações feitas pelo relator no Senado, Pacheco disse que os senadores querem manter uma limitação de crescimento.

"Há uma preocupação do Senado Federal de se ter uma limitação de crescimento da alíquota.

Se a alíquota será 27%, 28%, 27,5%, 26%, isso é uma definição que será feita na sequência, através dos

desdobramentos próprios das leis complementares que a emenda constitucional exige", minimizou.

Se avançar no Senado nesta semana, a reforma terá que voltar para uma análise na Câmara - a menos que os parlamentares fechem um acordo para fatiar o texto e aprovar os trechos de consenso.

Por isso, Eduardo Braga tem discutido as modificações com os deputados em busca de um maior alinhamento entre as Casas. Ainda assim, a avaliação é que o texto ainda deve ser bastante alterado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) demonstrou otimismo sobre a promulgação da **reforma tributária** ainda neste ano.

Em meio às articulações políticas, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reforçou que a alíquota padrão do IVA deve ficar entre 25,9% e 27,5%, se aprovado o último relatório apresentado por Braga. Ainda não há estimativa para as eventuais mudanças.

O número engloba o IVA federal (CBS) e o IVA estadual e municipal (IBS) e é 0,5 ponto percentual acima do previsto pelo texto aprovado na Câmara.

Appy reforçou, contudo, que a alíquota-padrão que de fato será cobrada dependerá da regulamentação, que será feita depois da aprovação da reforma, por meio de lei complementar.

Segundo o secretário, um produto padrão no Brasil, que pague ICMS médio e PIS/Cofins não cumulativo, tem incidência de 34% de tributo sobre o preço.

"A prioridade é a aprovação, na CCJ e depois no plenário" Randolfe Rodrigues

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187707>

Uma reforma tributária melhor do que a possível (Artigo)

Eduardo Fleury

Eduardo Fleury é advogado e economista, consultor do Banco Mundial, sócio e head da área tributária de FCR Law, Mestre e Doutorando (S.J.D.) em Tributação pela Florida University (EUA), especialista em International Tax Planning pela Leiden University (Holanda), especialista em Direito Empresarial nos EUA pela Harvard Extension School.

Brasileiro é bom de crítica, até mesmo quando é a favor. Se for economista então.... Parte da explicação para este comportamento pode ser encontrada na frase de John Kenneth Galbraith: "Todos concordam que pessimismo é uma marca de superioridade intelectual". A **reforma tributária**, por óbvio, não iria passar ilesa.

Na sequência da aprovação na Câmara Federal não percebemos tantas críticas. Agora, após o relatório apresentado pela CCJ, começamos a ouvir críticas um pouco exageradas, a meu ver, principalmente porque o texto não trouxe tantas alterações (ou exceções) em relação ao anterior. Parece um pouco aquela ideia de que temos que ganhar a Copa jogando bonito. Só precisamos tomar cuidado para não achar que é melhor perder a Copa, mas jogar bonito.

Críticas são sempre bem-vindas. No entanto, as críticas centradas na influência dos grupos de interesse estão contaminando a análise do texto da proposta em si. Apesar de revelar uma realidade brasileira não muito agradável, percebe-se que parte daquilo que foi inserido no texto por conta da pressão dos grupos de interesse tem pouca efetividade em piorar a qualidade da proposta. O sistema atual é tão complexo que os efeitos da mudança para um IVA não são corretamente percebidos pelos grupos de interesse, fazendo com que as demandas apresentadas sejam pouco efetivas e, algumas vezes, não façam sentido algum.

O melhor exemplo disso é o pleito da classe dos advogados para ter uma alíquota reduzida. Segundo o IBGE, 92% do faturamento do setor se destina a outros contribuintes de tal forma que a redução da alíquota tem impacto nulo. Dos 8% restantes, 69,5% é consumo dos 30% mais ricos (POF). Adicionalmente, mais de 80% das empresas do setor estão no Simples, cuja tributação não é alterada pela reforma. Enfim,

uma demanda que tem pouca efetividade para a classe representada e causa pouco dano à proposta.

Vamos utilizar dois comparativos para avaliar a proposta de **Reforma Tributária**: o quanto a proposta é melhor do que o sistema vigente e quais as diferenças em relação aos modelos existentes em outros países.

No texto da proposta, verificamos que a redução de alíquota se aplica a cerca de 11 grupos de bens e serviços e ainda temos mais 8 regimes específicos. Lembrando que estes regimes deverão ser uniformes em todo o país, não resultando em uma regra para cada um dos 27 Estados ou mais de 5 mil municípios.

Vamos comparar o modelo proposto com o que temos hoje. Existem 27 regulamentos de ICMS (RICMS). Só o RICMS de São Paulo tem 606 artigos e 22 anexos. Três anexos são favores fiscais explícitos: isenção, redução de base de cálculo e crédito presumido. O anexo de isenções tem incríveis 179 artigos (alguns revogados). Encontramos algumas preciosidades como isenção de bulbo de cebola certificada e de pós-larva de camarão. O anexo de redução de base de cálculo tem 80 artigos e o de crédito outorgados mais 48.0 ICMS-SP tem pelo menos 6 alíquotas. Só a alíquota de 12% para saída dentro do Estado tem 20 incisos com muitos produtos e situações específicas.

Adicionalmente, temos o interessante caso do artigo 313 que foi sendo desdobrado para elencar as hipóteses de substituição tributária em 313-A, 313-B até chegar a 313-Z. Não bastando foram sendo criados os 313-Z1, 313-Z2 até o 313-Z20 (alguns destes artigos foram revogados recentemente). Neste parágrafo temos apenas alguns "destaques", mas existe muito mais. Enfim multiplique tudo isso por 27 e veja o inferno que é a vida do contribuinte do ICMS.

E o IPI? Se você gosta de exceções, o IPI é o paraíso. Cada produto pode ter uma alíquota diferente. O contribuinte deve estudar merceologia, ciência utilizada para fazer a classificação fiscal de mercadorias, a fim de identificar a alíquota a ser aplicada. É aí que encontramos os casos mais pitorescos de denominação das mercadorias (ex: bombom ou wafer).

O PIS/Cofins não é nada santo, além de ter dezenas

de exceções ainda tem regimes diferenciados, cumulativo e não cumulativo (economistas imaginem o que isso não faz com os preços relativos). Pior de tudo no PIS/Cofins é o regime de crédito que durante anos foi contestado e mesmo depois de uma decisão "final" do STJ ainda continua sendo objeto de dúvidas.

As inúmeras exceções (citamos apenas algumas) geram trabalho gigantesco para empresas e incerteza para os negócios. Para a ciência econômica a coisa é pior ainda. A carga tributária de um mesmo produto pode ser totalmente diferente, dependendo do regime tributário adotado, dos incentivos fiscais usufruídos e de pequenas diferenciações do bem. Pior do que afetar os preços relativos, é não ter preços relativos para determinar os investimentos e escolhas de consumidores.

A descrição acima, embora muito resumida, pode ser cansativa, mas às vezes parece que esquecemos o manicômio tributário no qual vivemos hoje e o quanto a reforma vai evitar a maior parte das distorções acima.

Para fazer a comparação com outros países, vamos começar com a Europa. O regime europeu de IVA admite que os países possam ter duas alíquotas reduzidas além da padrão, desde que não sejam inferiores a 5% (alguns países europeus aplicam alíquota zero para alguns bens de forma temporária). No anexo III da Directiva Europeia que regula o IVA são listados 21 grupos de bens e serviços que podem ter alíquotas reduzidas.

Nesta lista encontramos alimentos, produtos farmacêuticos, equipamentos médicos, transporte de passageiros, hotéis, restaurantes, espetáculos, construção (para programas sociais), insumos agrícolas, saúde e outros.

Existem ainda várias outras exceções, só a lista principal de isenções tem pelo menos 17 casos. Além disso, estão previstos diversos regimes especiais de tributação. Embora a regulamentação possa representar um risco, a proposta brasileira parece ser melhor do que o sistema europeu.

A literatura especializada considera que os IVAs cobrados pela África do Sul, Austrália e Nova Zelândia como sendo os mais próximos do ideal. Na Austrália temos cerca de 19 grupos de bens e serviços que estão livres do imposto, entre os quais temos: alimento, saúde, educação, medicamentos, serviços de água esgoto, transporte, metais preciosos e carros para deficientes físicos. Além disso, são isentos, entre outros, os serviços financeiros e o aluguel residencial. Podemos perceber que mesmo a lista de exceções da Austrália não é muito diferente do que a brasileira.

A proposta representa um enorme avanço ao que temos hoje e não está longe dos melhores modelos.

PS.: Não usem este artigo para alegar que ainda cabem mais exceções.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231106/>

Comissão do Senado vota reforma tributária nesta terça; veja principais pontos

Por Kevin Lima, Ana Paula Castro, g1 e TV Globo - Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado vai votar nesta terça-feira um parecer para a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**.

Depois de 30 anos de discussões sobre o tema e poucos avanços, a expectativa é de que agora o Congresso conseguirá aprovar uma mudança no sistema de cobrança de **impostos** do país.

O governo e grande parte dos economistas e empresários esperam que a reforma dinamize o setor produtivo do país.

A ideia é simplificar o sistema de hoje, considerado ineficaz e repleto de distorções, o que acaba encarecendo o valor dos itens para o consumidor final.

Um dos principais pontos da reforma é substituir cinco **impostos** hoje existentes por apenas um.

Para isso, haverá uma fase de transição, que buscará evitar perdas de arrecadação por parte de estados ou municípios.

Alguns produtos terão alíquota mais baixa do imposto único; outros ainda terão isenção.

A reforma prevê criar IPVA para lanchas e jatinhos, além de taxar heranças.

Templos religiosos seguirão isentos de cobranças de **impostos**.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado votará na manhã desta terça-feira (7) o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**.

A etapa representa mais um avanço na discussão, que já dura quase três décadas, sobre um novo sistema tributário no país.

A expectativa é que o texto seja aprovado na CCJ e, ainda nesta semana, no plenário do Senado. Depois, deve voltar para a Câmara, onde já foi aprovado em julho. Como os senadores deverão fazer modificações em relação ao texto da Câmara, é preciso que a PEC

passe novamente pelos deputados antes de virar lei.

O governo, grande parte dos economistas e do setor empresarial entendem que a **reforma tributária** vai impulsionar a economia do país, na medida em que vai simplificar o sistema de cobrança de **impostos**, considerado ineficiente e repleto de distorções que custam caro.

Além disso, a avaliação é que a reforma poderá baixar preços, já que vai dinamizar a produção.

Entenda abaixo o que está sendo discutido:

Imposto único Fase de transição Cesta básica e cashback Alíquotas reduzidas Isenções Imposto do pecado Tributação da renda e do patrimônio Entidades religiosas e financiamento de passagens

Imposto único

IVA é a sigla para o modelo de Imposto sobre o Valor Agregado (ou adicionado). Segundo a proposta, cinco **impostos** que existem hoje serão substituídos por dois IVAs - por isso, esse modelo é chamado de IVA dual:

?? Três **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI) darão origem ao Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal.

?? ICMS (estadual) e o ISS (municipal) serão unificados no formato do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com gestão compartilhada entre estados e municípios.

No modelo do IVA, os **impostos** não são cumulativos ao longo da cadeia de produção de um item. Exemplo: quando o comerciante compra um sapato da fábrica, paga imposto somente sobre o valor que foi agregado na fábrica. Não paga, por exemplo, imposto sobre o valor do couro, que a fábrica já terá pagado quando adquiriu a matéria-prima do produtor rural.

O valor do IVA ainda vai ser estipulado, em uma regulamentação da PEC. A área econômica calcula que deverá ser algo em torno de 27% sobre o valor do produto, para manter a atual carga tributária do país -- nem aumentar nem diminuir.

Além disso, os **impostos** passarão a ser cobrados no destino final, e não na origem. Isso deverá distribuir melhor pelo país o dinheiro arrecadado.

Voltar ao início.

Fase de transição

Segundo a proposta, o período de transição para unificação dos **tributos** vai durar sete anos, entre 2026 e 2032. A partir de 2033, os **impostos** atuais serão extintos. A transição foi prevista para não haver prejuízo de arrecadação para nenhum estado ou município.

??Em 2026: haverá uma alíquota teste de 0,9% para a CBS (IVA federal) e de 0,1% para IBS (IVA compartilhado entre estados e municípios).

?? 2027: PIS e Cofins deixam de existir. CBS será totalmente implementada. Alíquota do IBS permanece com 0,1%.

?? entre 2029 e 2032: redução paulatina das alíquotas do ICMS e do ISS e elevação gradual do IBS.

?? 2033: vigência integral do novo modelo e extinção do ICMS e do ISS.

Além dos prazos gerais, o texto prevê que, em 2027, deverá ser extinto o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que deverá dar lugar a uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para manter a competitividade da Zona Franca de Manaus.

Voltar ao início.

Cesta básica e cashback

O texto a ser votado no Senado mantém a criação de uma cesta básica nacional de alimentos isenta de **tributos**. A regra havia sido acrescentada pelo relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), após protestos.

Pela proposta, as alíquotas previstas para os IVAs federal e estadual e municipal serão reduzidas a zero para esses produtos.

Segundo o texto, caberá a uma lei complementar definir quais serão os produtos destinados à alimentação humana que farão parte da cesta.

Além disso, o relator no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), criou uma cesta básica "estendida" com alimentos que terão redução de 60% da alíquota.

O senador também manteve a possibilidade de criação futura, por meio de lei complementar, do chamado "cashback". O mecanismo prevê a devolução de **impostos** para um público determinado com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

No texto, porém, Braga acrescentou que a devolução será obrigatória no fornecimento de energia elétrica a essa parcela da população.

Voltar ao início.

Alíquotas reduzidas

A PEC prevê corte de 60% de **tributos** para 13 setores. Na prática, isso estabelece que alíquota a ser cobrada será equivalente a 40% do IBS (IVA estadual e municipal) e do CBS (IVA federal).

Os setores contemplados são:

serviços de educação, serviços de saúde, dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, medicamentos, produtos de cuidados básicos à saúde, menstruais, serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário e metroviário de caráter urbano, semiurbano e metropolitano, alimentos destinados ao consumo humano e sucos naturais sem adição de açúcares e conservantes, produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda, produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura, sumos agropecuários e aquícolas, produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas e comunicação institucional, bens e serviços relacionados a soberania e segurança

Em nova alteração ao texto da Câmara, o senador Eduardo Braga incluiu a possibilidade de reduzir alíquotas cobradas na prestação de serviços de profissionais autônomos. Segundo o texto, uma lei complementar deverá estabelecer os beneficiados. O corte da cobrança será de 30%.

De acordo com o parecer de Braga, a manutenção desses benefícios deverá ser reavaliada a cada 5 anos.

Voltar ao início.

Leia também:

Reforma tributária deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz secretário da Fazenda
Em meio a sistema tributário caótico, estado e contribuintes disputam R\$ 5,4 trilhões na Justiça
Reforma tributária: mesmo com trava, Brasil

seguirá entre países com maior peso de **impostos** sobre consumo

Isenções

O parecer estabelece a possibilidade de isentar a cobrança dos IVAs sobre uma série de bens e **tributos**. As decisões serão tomadas em lei complementar.

Poderão ficar isentos de cobrança, por exemplo:

serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário e metroviário de caráter urbano, semiurbano e metropolitanos dispositivos médicos dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência medicamentos produtos de cuidados básicos à saúde menstrual produtos hortícolas, frutas e ovos

Voltar ao início.

Imposto do pecado

A reforma prevê a criação de um Imposto Seletivo, de competência federal, sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente - como cigarros e bebidas alcoólicas, por exemplo. Por isso, é apelidado de Imposto do pecado .

O objetivo é desestimular, por meio da cobrança extra, o consumo desse tipo de produto.

O imposto será cobrado em uma única fase da cadeia e não incidirá sobre exportações e operações com energia elétrica e telecomunicações.

Em relação ao texto aprovado pela Câmara, Eduardo Braga acrescentou que o "imposto do pecado" poderá ser cobrado sobre armas e munições. A exceção é quando o armamento for destinado à administração pública.

Os detalhes da cobrança e dos produtos que serão desestimulados pelo imposto serão definidos posteriormente, em uma lei complementar.

Além do Imposto Seletivo, a proposta estabelece ainda a manutenção de estímulos fiscais para biocombustíveis, a fim de assegurar "tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis".

Voltar ao início.

Tributação da renda e do patrimônio

O texto de Braga mantém alterações propostas na Câmara a respeito da cobrança de **impostos** sobre renda e patrimônio.

?? IPVA para jatinhos, iates e lanchas

Pelo sistema atual, esses veículos não pagam o tributo. O texto permite a cobrança do imposto nos estados e prevê a possibilidade de o imposto ser progressivo em razão do impacto ambiental do veículo.

A PEC traz exceções. Uma delas impede a cobrança do IPVA sobre aeronaves utilizadas em serviços agrícolas.

?? Tributação progressiva sobre heranças

O texto também estabelece uma cobrança progressiva do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação), em razão do valor da herança ou da doação.

A cobrança será feita no domicílio da pessoa falecida. A medida tem o objetivo de impedir que os herdeiros busquem locais com tributações menores para processar o inventário.

A proposta também cria regra que permite cobrança sobre heranças no exterior.

O parecer de Braga prevê que o ITCMD não será cobrado sobre doações para instituições sem fins lucrativos "com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos".

Voltar ao início.

Entidades religiosas e financiamento de passagens

O texto de Eduardo Braga mantém a ampliação de dispositivo já existente na Constituição que proíbe os governos federal, estadual e municipal de criar **impostos** sobre a atividade de templos religiosos.

Pelo texto, a cobrança de **tributos** passa a ser proibida para:

entidades religiosas templos de qualquer culto organizações assistenciais e beneficentes vinculadas a entidades e templos

Em uma nova mudança na proposta aprovada pela Câmara, o senador propôs que a arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) também poderá ser utilizada para o pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiros.

Voltar ao início.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/11/07/comis-sao-do-senado-vota-reforma-tributaria-nesta-terca-veja-principais-pontos.ghtml>

Governo inicia hoje renegociação do Fies

Mayara Souto

O ministro da Educação, Camilo Santana, reuniu-se ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para tratar sobre a renegociação das dívidas do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

O chefe do Ministério da Educação (MEC) garantiu que o programa inicia hoje. Mais de 1,2 milhão de contratos inadimplentes do Fies poderão negociar o pagamento da dívida. "Isso significa R\$ 54 bilhões de dívidas que poderão ser renegociadas com condições muito favoráveis, podendo chegar ao desconto de 99% do valor principal e 100% dos juros de multa.

Você pode pagar 1% da dívida, dependendo da condição que ela esteja", explicou o ministro.

De acordo com a lei sancionada por Lula na última quinta, tem direito à renegociação todos os contratos firmados até o fim de 2017 e com débitos vencidos e não pagos em 30 de junho de 2023. As tratativas poderão ser feitas em qualquer agência da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, e, também, pelo telefone, nos números 0800 das instituições.

Santana também anunciou que os egressos que estiverem em dia com os pagamentos também poderão procurar os bancos e receberão descontos no valor principal do financiamento.

Ao comentar sobre novas regras que estão sendo avaliadas para o financiamento, o ministro enfatizou que será repensada a questão do pagamento.

"É uma coisa que nós estamos reavaliando para o novo Fies, é saber quem é que não paga porque não quer e quem é que não paga porque não tem dinheiro, não tem condições de pagar. Então, fazer essa diferenciação para que a gente possa melhorar o controle do programa, que consideramos importante para dar acesso àqueles que querem fazer uma universidade, um curso superior", acrescentou.

A lei que beneficia os estudantes também auxiliará as universidades. O texto estabeleceu um teto de contribuição ao Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies) de 27,5% para as instituições que aderem, voluntariamente, ao programa, após o quinto ano de sua adesão.

Segundo o MEC, a medida visa tirar a sobrecarga de **tributos** nas mantenedoras, que "prejudica o número de vagas ofertadas ao Fies".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/07/all.pdf>

Alckmin minimiza mudança

»*Rosana Hessel*

Na véspera de a Comissão Mista do Orçamento iniciar os debates sobre o relatório do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, enviado ao Congresso pelo Executivo em abril, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, minimizou a possibilidade de mudança da meta fiscal e procurou reforçar o compromisso do governo com o arcabouço e com a responsabilidade fiscal.

"O compromisso fiscal do governo é total. Quer dizer, o governo tem compromisso com responsabilidade fiscal", afirmou Alckmin, ontem, a jornalistas. Ele sinalizou que ainda não está fechada uma mudança da meta de déficit fiscal zero, no ano que vem, para um rombo de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). "Se você vai fazer o ano que vem, vai demorar mais seis meses, se é 0% ou 0,5%, é uma questão ainda a ser discutida.

Mas o esforço todo será na linha de zerar o deficit e, depois, ter superávits sucessivos", disse.

O vice-presidente assegurou ainda que "o governo tem compromisso com o arcabouço fiscal", o conjunto de regras que disciplina os gastos públicos.

Segundo ele, a crítica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à meta fiscal - que ainda não foi aprovada pelo Congresso, pois depende da aprovação do PLDO - levou em consideração a piora no cenário global.

"O que o presidente Lula colocou é que, no momento de cenário mundial de menor crescimento, você precisa ter uma preocupação com os brasileiros.

Precisa ter uma preocupação com os trabalhadores, com aqueles que precisam mais, no momento desse cenário mundial mais complexo", afirmou.

Acordo

A fala de Alckmin ocorreu após reunião, na sede da vice-presidência, no Palácio do Planalto, com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn.

Ambos assinaram um acordo de facilitação do comércio exterior, envolvendo um aporte de R\$ 5 milhões para a digitalização de cinco órgãos do governo federal no Portal Único voltado para

desburocratizar as exportações e as importações.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/07/all.pdf>